



Anais da Assembleia

Nº 23

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Fuad Nacli.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldir Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emendas:

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A alínea “b” do § 1.º, do artigo 92 da Constituição do Estado do Paraná, alterada pela Emenda Constitucional n.º 6, de 19 de abril de 1978, passa a ter a seguinte redação:

“b) juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor e de crime a que não seja cominada pena de reclusão, e poderão substituir juízes vitalícios”.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(aa) Ivo Thomazoni e Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

A recém aprovada Emenda n.º 6 à Constituição do Estado, por um lapso, refere-se, no dispositivo a ser alterado, a “... crime a que seja cominada pena de reclusão...”, enquanto o equivalente da Carta Federal, de força modelar compulsória, alude a “... crime a que NÃO seja cominada pena de reclusão...”

É imperativo, portanto, o aperfeiçoamento da Carta Estadual à Federal, pelo que dispensamo-nos de mais considerações, tendo em vista, ainda, que o artigo 108, inciso III da recém sancionada Lei Orgânica da Magistratura Nacional confirma essa atribuição dos Tribunais de Alçada, ao estabelecer:

“Art. 108 —

I —

II —

III — limitar-se a competência do Tribunal de Alçada, em matéria penal, a infrações a que não seja cominada pena de

reclusão e, em matéria cível, a recursos nas ações relativas a locação e acidentes do trabalho e a matéria fiscal, e nos concernentes a ações de procedimento sumaríssimo.”

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

O artigo 70 da Constituição do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70 — O funcionário terá acréscimo aos seus vencimentos:

I — de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento até completar trinta e cinco por cento;

II — ao completar vinte e cinco anos de exercício, à incorporação da sexta parte sobre seus vencimentos integrais, para todos os efeitos.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(aa) Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

Em agosto de 1976, tomamos conhecimento de Representação promovida pelo Ex.º Sr. Procurador Geral da República junto ao Excelso Supremo Tribunal Federal, visando a declaração de inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 70 de nossa Constituição.

Esse dispositivo concede aos funcionários públicos do Estado, o direito à percepção de adicionais de 5% (cinco por cento) ao completarem 30 anos de serviço, e igual quantia por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

Ainda que a Emenda Constitucional houvesse se limitado a repetir o dispositivo similar àqueles contidos no artigo 152 da Constituição de 12 de julho de 1947 e artigo 67 da Carta Magna de 08 de maio de 1967, consagrando uma norma que vem sendo mantida há mais de 25 anos em favor dos servidores públicos do Paraná, a ameaça ainda persiste.

Tendo como principal objetivo sanar esse angustiante problema que aflige a laboriosa classe, estamos apresentando a presente Emenda.

Levando-se em consideração que um funcionário regido pelo sistema ora em vigor terá um acréscimo acumulado máximo de 62,88%, enquanto que pelo sistema proposto atingirá um teto de 56,44% ao completar 35 anos de serviço, a situação atual não sofrerá radical transformação.

Por outro lado, a fórmula proposta virá ao encontro de antiga aspiração das funcionárias mulheres, magistrados, membros do Ministério Público e de outras classes de servidores com direito à aposentadoria com 30 anos de serviço, os quais, atualmente, são obrigados a permanecer em exercício após completarem o tempo para aposentadoria, para poderem alcançar integralmente os benefícios dos adicionais, os quais se acumulam de ano em ano, em distribuição não muito justa.

O modelo adotado é similar ao da Constituição de São Paulo, cujo artigo 92 de sua Carta Magna já passou pelo crivo da Procuradoria Geral da República, segundo se depreende da Representação de Inconstitucionalidade n.º 753, que aborda, entre outros dispositivos, as normas contidas no seu inciso II, alíneas “a” e “b”, taxados de inconstitucionais, enquanto que nada se arguiu contra o inciso VIII daquele mesmo artigo 92, onde estão assegurados aos servidores públicos paulistas a incorporação de adicionais de 5% (cinco por cento) de cinco em cinco anos de exercício.

Estamos reapresentando a presente Proposição de Emenda à Constituição, não só pelo fato de haver vencido o prazo constitucional sem que fosse apreciada por esta Casa a Proposi-

ção que demos entrada na legislatura anterior, mas, pela confirmação de nossas previsões quanto às alterações introduzidas pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional no tocante ao pagamento dos adicionais previstos nos incisos I e II de nossa Constituição.

A propósito, eis o texto do artigo 65 da Lei Complementar Federal n.º 35, de 14 de março de 1979:

“Art. 65 — Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I —

VIII — gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço, até o máximo de sete;

§ 1.º —

§ 2.º — É vedada a concessão de adicionais ou vantagens pecuniárias não previstas na presente Lei, bem como em bases e limites superiores aos nela fixados.”

Como podemos notar, se os próprios magistrados tiveram seus adicionais limitados a 7 (sete) quinquênios, ficando extintos os demais, aos servidores públicos estaduais não se deve esperar melhor sorte por ocasião do julgamento da Representação de Inconstitucionalidade em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Visando prevenir esse mal, reformulamos a Proposição de Emenda pela qual poderá ser modificado o texto daquele dispositivo de nossa Constituição Estadual.

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo único — O artigo 107 da Constituição do Paraná fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

“§ 3º — Excetua-se da vedação do parágrafo anterior o cargo de Secretário Municipal, desde que o Vereador se licencie do exercício do mandato.”

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Após a tramitação da Proposição n.º 537/77, da qual resultaram as modificações introduzidas pela Emenda n.º 6 à Constituição do Paraná, o Congresso Nacional promulgou a Emenda n.º 10 à Constituição Federal, permitindo a licença do Vereador para exercer o cargo de Secretário Municipal.

Deixando de constar em nossa Emenda n.º 6, a exemplo do que ocorreu no âmbito federal, faz-se necessária a atualização do nosso texto, embora os efeitos da Carta Magna Federal sejam aplicáveis às Câmaras Municipais de todos os Estados da Federação.

Tendo transcorrido o prazo legal sem que fosse apreciada por esta Casa a Proposição n.º 181/78, de Emenda à Constituição Estadual, apresentada na legislatura anterior, pretendemos apenas renovar os termos daquele expediente, para os devidos fins de direito.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. DORA REGHIM, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio - PR.

A extinta deixa prantear-lhe a morte o esposo MATHEUS REGHIM, Diretor Presidente da Rádio Educadora de Cornélio Procopio, e os filhos Santiago e Matheus.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, seja feita comunicação a Ex.^{ma} família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Rosário Pitelli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Senhor DORVALINO PRATES, ocorrido no último dia 29. O desaparecimento não só enlutou seus familiares, residentes em Santa Helena, como também as pessoas de seu grande círculo de amizade, pois era pessoa de relevante prestígio.

Outrossim, requer, que da decisão do Plenário, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Werner Wanderer

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor MANOEL MIRANDA MARTINS.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(aa) Jurandir Messias e Tuguio Setogutte

Apoioamento: Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

O extinto, morador no Município de Ponta Grossa, pai de nosso particular amigo e companheiro, Deputado CYRO MARTINS, tinha prestígio de ter sido um dos pioneiros dentro da Região, oferecendo grande parte de sua vida voltada para o trabalho. Esta demonstração do espírito de luta do falecido, angariou e com merecimento a admiração e amizade de toda a população pontagrossense.

Manoel Miranda Martins, faleceu aos 82 anos, deixando viúva, vários filhos e netos.

Requererem, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à rua Santos Dumont, n.º 500 - Ponta Grossa - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Dr. JOSÉ BITTENCOURT DE PAULA, Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná, ocorrido ontem, nesta Capital.

O ilustrado mestre que deixou nosso convívio, se destacou pela eficiência, dedicação e bom trato.

Outrossim, aprovado este requerimento, comunique-se à família enlutada, e a Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto de congratulações à SOCIEDADE THALIA pela passagem do seu 97.º aniversário de fundação.

Uma vez aprovado o presente, dê-se ciência à entidade homenageada.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Adalberto Daros

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje,

um voto de pesar pelo falecimento do Senhor MANOEL MIRANDA MARTINS, ocorrido ontem, dia 02 de abril, na cidade de Ponta Grossa.

O decujus era progenitor do eminente Deputado Cyro Martins e casado com dona Zayra B. Martins.

É justo, portanto, que esta Casa Legislativa também se associe ao luto pelo passamento de tão ilustre cidadão pontagrossense.

Requer, igualmente, que a mensagem de condolências desta Casa seja apresentada à família enlutada na pessoa da viúva, senhora Zayra B. Martins.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) David Federmann

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça constar da ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pela passagem do 97º aniversário de fundação da Sociedade Thalia, de Curitiba.

Fundada em 04 de abril de 1882, a Sociedade Thalia teve sua ata de constituição redigida em língua alemã, estabelecendo que sua finalidade seria a representação de teatro, de canto e promoção de reuniões sociais.

Sua primeira diretoria, tendo como presidente o Sr. João Batista Klüppel, era composta pelos senhores Fernand Schneider, Wilhelm Buchner, Roberto Strobel, Adolf Lindman, Johann Fleischmann, Carl Neumann, August Strobel e August Gerhard.

Desde então vem a Sociedade Thalia cumprindo o papel que lhe foi conferido naquela histórica reunião realizada sob a lua cheia, em plena Praça Tiradentes, constituindo-se hoje num dos principais clubes sociais de nosso Estado.

Completa agora o seu 97º aniversário, cuja atual diretoria, sob a presidência do Dr. Eolo Schuartz, vem desenvolvendo uma dinâmica administração, com um especial destaque às suas atividades no campo esportivo.

Homenageando a atual diretoria pela notável projeção que tem dado ao tradicional clube, pretendemos homenagear a todos os seus dirigentes que nestes quase cem anos de existência da Thalia, fizeram dessa sociedade um verdadeiro patrimônio da gente paranaense.

Esperando o apoio unânime dos nobres Pares desta Casa, entendemos de justiça a consagração em ata deste voto de regozijo.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Dácio Leonel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer a V. Ex.^a após ouvido o Plenário desta Casa, que seja enviado um TELEX à Câmara e ao Senado Federal, apresentando um voto de confiança pela aprovação da Lei que elimina da Lei do Inquilinato a famigerada "denúncia vazia".

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos

JUSTIFICATIVA:

Tem este requerimento fazer presente também o povo de nosso Estado, que clamam igualmente como aquele desafortunado casal de velhos que não suportando as angústias de não poder ter mais seu lar, recorreu ao suicídio, dando sua vida em holocausto a milhares de mortos vivos que dependem diretamente da sanha econômica de enriquecimento dos atuais proprietários.

Daí solicitarmos que esta Casa se pronuncie para que

outros não tenham que sucumbir para garantir um lar seguro a seus filhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja designada comissão representativa desta Assembléia, para prestigiar a "XIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE LONDRINA", que se estenderá até o dia 08 de abril corrente.

Justifica a presente indicação, a importância regional, estadual e nacional que o referido evento virá trazer, pela decorrência da arrecadação financeira em favor do Estado e, conseqüentemente, da própria região.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Rubem Valduga

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer seja enviado cópia de sua sugestão, apresentada neste Plenário, com referência à criação do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná - FUNDEP, do que segue em anexo o próprio pronunciamento justificando esta criação.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Werner Wanderer

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe a esta Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja concedido um voto de apoio e congratulações à Associação dos Docentes do Hospital Universitário de Londrina, que deliberaram em Assembléia Geral, que os seus membros entrassem em greve, tendo em vista as recentes medidas arbitrárias e inadequadas tomadas pelo novo Diretor-Superintendente daquele Hospital, Cel. Rubens Moura Passerino, redundando em demissões de professores do mais alto conceito moral e profissional, causando sérios prejuízos à comunidade e à própria Universidade.

Requer, outrossim, que seja dado ciência deste ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado e à aludida Associação.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) José Tavares

JUSTIFICATIVA:

A nomeação do Coronel Rubens Passerino Moura, para o cargo de Diretor-Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, gerou e continua a gerar descontentamentos no corpo docente e discente do aludido estabelecimento hospitalar. A Associação dos Docentes daquele Hospital, deliberou em Assembléia Geral, o início de uma greve, como forma de protesto à indicação do mencionado diretor-superintendente e as medidas que o mesmo vem tomando à frente tão importante órgão, às quais ferem princípios elementares de administração hospitalar, ocasionando, inclusive, discriminações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, encaminhamento de apelo à Direção do D.E.R., no sentido de estabelecer entendimentos com a Prefeitura Municipal de Araucária, com o fim de autorizar os ônibus que fazem a linha Curitiba-Lapa a manter um ponto de parada na Rodoviária de Araucária, bem como outros transportes coletivos que utilizam a Rodovia do Xisto, em ligações inter-municipais.

O apelo encontra ampla justificativa no proporcionamen-

to de melhores condições de proteção e segurança aos usuários, constituindo, se atendido, medida merecedora de aplausos e reconhecimentos, por demonstrar interesse da administração pelas justas reivindicações populares.

Aprovado o requerimento, solicita o autor que a comunicação da Casa se faça acompanhar de cópia do presente requerimento, com concomitante expedição de Ofício ao Ex.^{mo} Sr. Prefeito Municipal de Araucária, dando conta desta iniciativa.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Carlos Zanlorenzi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, seja encaminhado expediente às Bancadas do MDB e ARENA do Paraná, com assento no Congresso Nacional, bem como ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, no sentido de que haja imediata revogação da Lei nº 5.448, de 04/06/68 e do Decreto-Lei n.º 1.170, de 10/05/71, que incluíram onze municípios do Paraná, nas denominadas Áreas de Segurança Nacional.

Requerem, outrossim, seja enviado cópia deste requerimento aos Ex.^{mos} Senhores Presidentes das Câmaras Municipais dos onze municípios.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(aa) Nelton Friedrich e Gernote Kirinus

JUSTIFICATIVA:

1. Face a existência de um projeto do atual Deputado Federal Maurício Fruet, no sentido de acabar com a marginalização municipalista existente, há que se deter o apoio de todos.

2. A inexistência até hoje de uma definição clara dos critérios e requisitos para que um município seja considerado área de segurança nacional, já que é inconfundível com a denominação da faixa de fronteira.

3. Como nem o binômio "Segurança e Desenvolvimento", por si só inviável, oferece elementos subsistentes para justificar a permanência de tal medida lesiva à autonomia municipal, numa agressão à vontade popular.

4. Além do mais, um povo que há anos iniciou bravamente a colonização das áreas limítrofes com países vizinhos, enfrentando com destemor todas as adversidades do pioneirismo, promovendo uma verdadeira guarnição de nossos marcos fronteiriços, não há que colocá-lo sob supeição, em nome de uma discutível segurança nacional.

5. Acresce-se, mais, que este mesmo povo, pagando seus tributos, promovendo desenvolvimento de tais comunidades, deve ter o direito de eleger seus prefeitos, pois é sabido que "não estará seguro o Estado sem a segurança elementar dos cidadãos". E os prefeitos de tais áreas, na maioria oriundos de nomeações aleatórias ou apadrinhadas por interesses que não os das comunas, passaram a desgovernar os municípios, com graves consequências sociais e políticas.

6. Em não raras ocasiões, as populações de tais municípios têm se manifestado no sentido de reaver o sagrado direito de, pelo voto direto e secreto, escolher seus mandatários, numa evidente condenação ao famigerado "mando político". Neste sentido, haverá dia 07 próximo, em Santa Helena, um dos onze municípios paranaenses marginalizados em nome de "interesses nacionais de segurança", importante reunião da AFRONT — Associação das Câmaras de Vereadores da Faixa de Fronteira, cujo temário pretende o apoio à Emenda Constitucional Benevides, bem como eleições diretas e livres para escolha dos prefeitos das "áreas de segurança nacional".

7. Por força do exposto, numa atenção à vontade popular, ao que determinam os programas do MDB e da ARENA, bem como a voz de todos os democratas de escol deste país, há que se apoiar todas as iniciativas que possam resultar na

devolução aos municípios do Paraná e do Brasil, de sua independência e autonomia, a começar pelas eleições livres e diretas de seus prefeitos; e de imediato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, Jucundino da Silva Furtado, para que Sua Senhoria autorize imediata abertura de uma linha de crédito especial à avicultura paranaense para a compra de milho, nos seguintes termos:

1) — Que esta linha de crédito seja criada e operacionalizada com recursos próprios ou de repasses especiais do Banco Central do Brasil, através do Banco do Estado do Paraná, com atuação em toda a sua malha operacional de Agências no Estado do Paraná.

2) — Que os encargos financeiros não ultrapassem a casa dos 15 por cento/ano, medida que permitirá a estabilidade gradual dos custos de produção e de comercialização a preços módicos e acessível do produto final aos consumidores.

Da decisão do Plenário, requeiro seja dado ciência à Associação Paranaense de Avicultura.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) Ailton Cordeiro

JUSTIFICATIVA:

De acordo com as estatísticas oficiais e dados fornecidos pela Associação Paranaense de Avicultura, a situação deste setor da economia paranaense está necessitando urgentemente de uma reformulação em seu Plano de Ação. Face as permanentes oscilações e aviltamentos nos preços verificados nas áreas de produção e comercialização interna de aves de corte, principalmente frangos vivos e abatidos, bem como para ovos comerciais, cujo processo vem ocorrendo em crises cíclicas há mais de um decênio, a Associação Paranaense de Avicultura, objetivando respaldar as justas aspirações e interesses do expressivo parque avícola paranaense e mesmo nacional, se propôs e procedeu a uma análise econômica conjuntural do setor, em toda a sua amplitude.

Desta análise resultaram perfis que, aglutinados, mostram um quadro que indica uma urgente necessidade de uma maior agressividade no processo geral, combinando com uma política governamental para agilizar o aumento do consumo nacional de carnes de aves, ovos e produtos industrializados.

Para atender plenamente à demanda total do abastecimento nacional, há a necessidade de se criar um instrumento capaz de suportar a carga de responsabilidade de um futuro próximo que advém do já anunciado propósito do Governo Federal de dar total prioridade à agricultura e à pecuária em geral.

A linha de crédito especial solicitada pela avicultura paranaense, exige que se conceda efetivamente o crédito básico de Cr\$ 160,00/saco de milho de 60 quilos, para aquisição do milho por parte dos avicultores, integrações, incubatórios e afins.

Este seria um teto razoável, visto que virá atender, de imediato e na atualidade, condições plenas para que o avicultor tenha condições de fato, de comprar milho de produtores preferencialmente "agricultores" e demais estruturas, pelos preços atuais de mercados regionais.

Para efeito de cálculos, considera-se indispensável que a linha de crédito para a avicultura processar a aquisições de milho e formação de seu estoque regulador, seja projetada a um montante de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil sacas de 60 quilos) considerando-se que o plantel avícola paranaense atinge na atualidade 400 mil matrizes de reprodução pesada para corte; 350 milhões de aves de postura leve, para produção de

ovos comerciais, e uma produção média anual projetada para 1979 da ordem de: três quilos de milho/ave matriz mês; dois quilos e cem gramas/aves leve de produção de ovos comerciais, e um quilo e oitocentas gramas de milho/frango/corte/mês.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor NIVALDO ALMEIDA, Secretário de Estado dos Transportes, para que determine ao Departamento de Estradas de Rodagem autorizar a instalação de um posto de pedágio na Rodovia das Praias, durante o período compreendido entre às 7,00 horas do dia 12 às 22, 00 horas do dia 13 do corrente mês.

Da decisão do Plenário, requer seja dado ciência à Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de Paranaguá, à sua Presidente ADY TRAMUJAS SAMWAYS.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979

(a) Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pela urgente necessidade de arrecadar fundos por que passa a Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de Paranaguá, que mantém uma creche para crianças carentes, de seis meses a seis anos de idade.

No momento esta entidade está passando por séria crise financeira, não mais podendo atender ao crescente número de crianças carentes que, a cada dia que passa, batem às portas daquela entidade que muito vem fazendo no campo social de Paranaguá.

Com a instalação de um posto de pedágio na Rodovia das Praias, no trecho de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, nos próximos dias 12 e 13 deste mês, feriados religiosos, temos a certeza de que a referida Associação venha a arrecadar bons fundos para atender a despesas urgentes e inadiáveis e a compromissos financeiros já assumidos.

Portanto, consideramos do maior interesse social o atendimento desta justa reivindicação, para que a comunidade paranaense, que durante aqueles dias deverá se deslocar ao Litoral, possa participar de benemérita campanha em favor das crianças menos favorecidas, sendo também uma boa maneira de participar efetivamente das atividades do Ano Internacional da Criança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para aprovar pedido de envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, enfatizando a necessidade de aumento do efetivo fiscalizatório na fronteira do Estado do Paraná e Santa Catarina — particularmente na região Sudoeste do Estado — onde grandes quantidades de cereais estão sendo desviados ilegalmente para o vizinho Estado — tendo em vista a inexistência de qualquer tipo de fiscalização permanente.

Requer, outrossim, que dê-se ciência dessas providências às cooperativas da região em questão.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

— É incalculável o número de comerciantes estabelecidos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, desde o início do ano, incursionam nas regiões Oeste e Sudoeste de nosso Estado, adquirindo enormes quantidades de cereais.

Na condição de proprietários de verdadeiras frotas de caminhões, esses autênticos “atravessadores”, conseguem

auferir vastas margens de lucro, lesando o fisco paranaense, além de decrescer nossos índices de produtividade.

A transação é feita diretamente com o produtor que recebe pagamento à vista, além de vender seu produto por preços superiores aos em curso no mercado normal. No entanto, a operação compra e venda não é legalizada com a emissão de notas fiscais — o que é processado além-fronteira, computando-se a mercadoria como se fosse produção catarinense ou gaúcha.

A primeira fase dessa comercialização resulta prejuízos à arrecadação fiscal do Paraná. A segunda, por sua vez, minimiza o potencial paranaense de produção em relação aos outros dois estados sulinos.

Segundo cálculos estimativos, a evasão de milho já ultrapassou a cifra de quinhentas mil bolsas, provocando consequentemente prejuízo financeiro aos cofres paranaenses, na ordem de seis milhões de cruzeiros, afetando de forma direta e contundente os já depauperados municípios paranaenses, vez que eles próprios são impotentes para o exercício de efetiva e permanente fiscalização em todos os seus territórios.

Sem dúvida, a causa dessas atividades ilícitas, foi a isenção da incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM — abolida, entretanto, já no início desse atual Governo. Todavia, a isenção desse tributo sobre o milho que se destinava ao Sul, não elidia a necessidade da mercadoria ser devidamente acompanhada de guia da origem da produção.

Tais procedimentos respaldam a objetividade da presente proposição, argüida que é justamente para evitar graves prejuízos à economia paranaense. E não apenas em relação aos cofres públicos, mas sim pelo fato de que, inevitável e naturalmente, este milho que se nos escapa clandestinamente, poderá ser por nós mesmos procurado em outras fontes produtoras e nelas haveremos de pagar o ICM que hoje, pela ausência de fiscalização, o Paraná deixa escapar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Karlos Rischbieter, Digníssimo Ministro de Estado da Fazenda, solicitando determinações junto à rede bancária no sentido de serem suspensas todas as cobranças de NPRs, bem como, medidas que visem a devolução das importâncias já pagas pelo produtor rural.

Requer, outrossim, o envio de cópia do presente ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Deni Schwartz.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado à Secretaria da Educação, expediente em que pede providências para regularizar a situação das Extensões Ginásias do Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, no Município de Dois Vizinhos, tendo em vista a deficiência daqueles estabelecimentos pelo fato de dependerem, ainda, das decisões da sede do município, onde se localiza o antigo Ginário Estadual.

Que da decisão, comunique-se a Prefeitura e Câmara Municipal de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Boa Esperança do Iguaçu é um dos Distritos Administrativos do pujante Município de Dois Vizinhos que possui a invejável cifra de quatorze estabelecimentos escolares das primeiras séries do primeiro grau, e mais de cento e cinquenta alunos das séries complementares ou seja do antigo ginásio. Acontece porém, que com tal número de estudantes, o distrito ainda não foi contemplado com um estabelecimento de ensino autônomo e ainda é uma simples extensão daquele antigo ginásio estadual de Dois Vizinhos. Ora, na prática são inúmeros os atrapalhos que isso cria, porquanto os professores que lá ministram aulas, residem em Dois Vizinhos (sede do município) e para deslocarem-se, diariamente, o fazem por transporte suportado pelos alunos, cujo custo está na ordem de Cr\$ 50,00 "per capita". Além disso, a parte burocrática da escola é retardada e dificultada pela natural falta de entrosamento e presença física dos responsáveis, os quais inclusive chegaram a criar uma subextensão para o Distrito de Boa Esperança, onde existem outras extensões além destas citadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, para que tome as medidas necessárias no sentido de serem nomeadas as Direções dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- 1)- Escola Normal Estadual.
- 2)- Colégio Comercial Estadual, ambos da cidade de Dois Vizinhos, que se encontram sem direção e com sérios embaraços legais, quer quanto a expedição de Diplomas, certificados e mesmo representação legal daqueles estabelecimentos.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Os estabelecimentos de ensino de Dois Vizinhos, incompreensivelmente estão a tempo exagerado sem direção responsável, o que por si só exige da Secretaria da Educação, urgentes providências para regularizar esta incrível situação. A medida faz-se necessária em virtude dos embaraços que os alunos vêm encontrando, inclusive para verem expedidos seus certificados, diplomas ou currículos escolares. Por outro lado, a ausência de direção tem comprometido a vida escolar e, razões de ordem legal não existem para a continuidade de tal situação. Os prejudicados não são apenas os alunos, mas até os próprios mestres e todo o processo educacional, que se ressentem da imperiosa necessidade de responsáveis pelas inadiáveis decisões que o cotidiano de uma escola exige. Professores capacitados e competentes existem no quadro de ambos os estabelecimentos, porém e inexplicavelmente as nomeações estão retidas, com certeza pela interferência de outros interesses, não, evidentemente, os da educação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para aprovar um pedido ao Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que seja revogada a recente medida que proibiu os Postos de Gasolina a venderem aos consumidores avulsos, não para uso do veículo, quantidades inferiores a 100 (cem) litros de gasolina, tendo em vista as dificuldades que a medida está gerando aos pequenos proprietários rurais, prejudicados em suas atividades e embaraçados pelas dificuldades de transportar o combustível.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Todos estão conscientes da necessidade de economizar

combustível. Todavia, no elenco das medidas adotadas pelo Conselho Nacional de Petróleo para conseguir-se a redução do consumo, uma delas é contraproducente, eis que ao invés de diminuir, está aumentando o consumo de gasolina.

A proibição imposta aos Postos de Gasolina de só venderem quantidades superiores a 100 (cem) litros aos consumidores avulsos, está gerando um consumo extra ao invés da pretendida redução. Os consumidores atingidos não são os proprietários de veículos, mas sim aqueles pequenos proprietários rurais que possuem maquinário destinado às suas atividades agrícolas, vale dizer, aqueles que consomem o combustível extritamente necessário e em pequenas quantidades, sempre inferiores a um consumo mensal de 100 (cem) litros. Ocorre assim, que para transportar a quantidade de 100 (cem) litros, só através de tonéis ou tambores, volumes que necessitam de um determinado tipo de veículo e quando não o possuem, têm que contratá-lo. Assim quem possui um Fusca, um Fiat, Corcel, Chevette ou outro veículo qualquer dessas dimensões, não pode usar o próprio veículo para transportar o combustível de que antes o fazia sem viagens extras, por serem volumes e recipientes menores. Por outro lado, inúmeros são os proprietários rurais (e é bom lembrar - a maioria dos que residem nas periferias das cidades) que não possuem veículos, mas possuem misturadores de ração, quebradores de grão, bombas d'água, enfim uma série de pequenos motores movidos a gasolina (que só funcionam no extritamente necessário) e que antes compravam quantidades que podiam transportar pessoalmente, em semoventes.

Ora, a medida é para obter-se economia, mas lamentavelmente, o resultado é um aumento de consumo, pois se antes o combustível podia ser transportado por meios que não se utilizavam de combustível, face as pequenas quantidades, agora, face ao volume, gasta-se mais combustível e exclusivamente para transportar o próprio combustível que busca-se economizar.

Acreditamos que a medida visaria impedir o estoque de quantidades que seriam utilizadas por veículos motorizados, quando os postos estivessem fechados nos finais de semanas, no que não pode-se discordar. Todavia, foram atingidos aqueles que não desperdiçam em hipótese alguma, e o mais grave, gastarão mais combustível, exclusivamente para obter tal combustível.

Além do mais a medida é incoerente à agricultura, pois se é pretensão dar prioridade à agricultura, torna-se indispensável que um reestudo seja feito, fundamentalmente para favorecer os pequenos proprietários rurais - vítimas desta medida.—

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente vem solicitar à douta Comissão Executiva desta Casa, informações a respeito do processo que tem por objetivo elevar o Distrito de CAFELÂNDIA D'OESTE, situado em Cascavel, à condição de Município, cujos comprovantes dos requisitos exigidos por lei foram providenciados pessoalmente por este parlamentar e juntados aos autos dentro do prazo hábil, bem como, requerer urgência no seu aprontamento, para os devidos fins de direito.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, fazendo uso das suas atribuições legais, combinando o artigo 16 da Constituição Estadual com o artigo 34 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da Casa, do seguinte requerimento: Abertura de um Escritório Regional da FAMEPAR — Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná, na cidade de Cascavel.

Tal solicitação prende-se ao fato de ser aquela progressista cidade polo central daquela micro região abrangendo um número de vinte outros municípios o que propiciará um atendimento de maior abrangência daquela região.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de ser dada prioridade para a pavimentação asfáltica do trecho que liga Cafelândia d'Oeste a BR-369.

Tal solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população e, também, visando dar melhores condições à Cooperativa Agrícola Consolata, pioneira no sistema cooperativista do Oeste de nosso Estado, que muito tem contribuído para o desenvolvimento daquela rica região.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário dos Transportes, apelo no sentido de ser agilizada a pavimentação do trecho que liga Guaíra a Terra Roxa.

Tal solicitação virá de encontro aos reclamos daquela rica REGIÃO AGRÍCOLA DE NOSSO ESTADO e irá atender com o melhoramento, uma vasta região que integra os Municípios de Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Nova Santa Rosa, incrementando inclusive o turismo na região oeste de nosso Estado, junto as Cataratas do Iguaçu, em Foz do Iguaçu e Sete Quedas em Guaíra.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa ao Ministério da Educação e da Cultura, no sentido de formular apelo visando a agilização do processo para a efetiva implantação da Universidade do Oeste de nosso Estado, com sede na cidade de Cascavel.

Atualmente a FECIVEL, possui cinco cursos — Administração de Empresas — Ciências Contábeis, Pedagogia — Letras e Enfermagem. Conta ainda, com mais dois novos cursos de Odontologia e Engenharia agrícola, já aprovados pelo Conselho Estadual de Ensino, dependendo apenas da competente autorização do Governo Federal para o seu pleno funcionamento.

Necessário acrescentar que Cascavel é o polo da região oeste do Paraná, cuja densidade demográfica sobe à faixa de mais de um milhão e quinhentos mil habitantes, fato esse que por si só justifica o presente apelo.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 1979.

(a) David Cheriegate.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor deste, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 16 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 34 do Regimento Interno, ouvido o Plenário,

solicita a inserção na ata dos trabalhos da Casa do seguinte requerimento: Solicita providências ao BANCO CENTRAL junto aos estabelecimentos de crédito que descontaram notas promissórias rurais emitidas pelos Frigoríficos FRIMESA e COMABRA, no sentido de que as referidas N.P.Rs., não sejam executadas dos pequenos produtores endossantes e sim dos Frigoríficos.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

Pequenos produtores da suinocultura paranaense estão sendo pressionados pelos estabelecimentos de crédito a saldar as Notas Promissórias Rurais emitidas pelos Frigoríficos FRIMESA e COMABRA. Tais pressões surgem na forma de restrição ao crédito e ameaça de execução.

Os pequenos produtores, para desconto das referidas N.P.Rs., emitidas pelos Frigoríficos foram obrigados a endossar as promissórias, e os estabelecimentos de crédito não querendo habilitarem-se perante as massas falidas exigem o pagamento dos endossantes.

As operações que geraram as notas promissórias foram honestas, perfeitas e acabadas. O pequeno produtor não pode arcar com o ônus do ressarcimento das N.P.Rs. descontadas.

Durante o ano de 1978 foi obtida uma moratória quanto as N.P.Rs., vencidas e a proximidade da nova data (30 de abril de 1979) de vencimento, está criando um clima de apreensão social na região e por isso solicitamos urgentes providências a respeito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado expediente ao Senhor Roberto Sérgio Correia Alves, Superintendente do INAMPS, no Estado do Paraná, solicitando-lhe o credenciamento de médico e hospital, para o Distrito de Luisiania, Município de Campo Mourão, para dar atendimento aos segurados e beneficiários do mesmo.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Luisiania, é sem dúvida, um dos mais prósperos de todo o nosso Estado, com população superior a quarenta mil habitantes, ficando distante de sua sede que é Campo Mourão, trinta quilômetros, o que obriga aos segurados do INAMPS a se deslocarem para receber atendimento médico e muitas vezes terem que permanecer ali por vários dias, dado as filas constantes que ocorrem naquela agência, o que vem em prejuízo não só dos segurados, como também da economia local, que se vê prejudicada pelo constante afastamento daqueles que são o esteio do seu progresso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se oficie à COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA e ao PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, solicitando seja efetuado estudo de viabilização para a criação da Comarca de Mamborê, desmembrando a mesma de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Distante de Campo Mourão 34km, Mamborê tem uma população de quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e um habitantes e uma área de 1.273 km², sendo sua população

urbana de aproximadamente vinte e cinco mil habitantes, possui ainda, toda a infra estrutura para que seja instalada a comarca, pois se trata de um município progressista e que tem na agricultura, uma das mais promissoras do Estado, a alavanca propulsora de seu progresso.

Dada as dificuldades de distâncias, o que concorre naturalmente para que muitos problemas fiquem sem a devida solução é que vimos nesta Casa solicitar a aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, sejam suspensas as sessões dos dias 11 e 12 de abril, para que nestes dias sejam realizadas as reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(aa) Erondy Silvério e Nilso Sguarezi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que se efetue estudos para a ligação asfáltica da sede do Distrito de Luisiania, Município de Campo Mourão à PR-T-487, no trecho compreendido entre Iretama-Campo Mourão, numa distância de aproximadamente 5 (cinco) quilômetros.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Lusiania, Município de Campo Mourão, é grande produtor de soja, milho e outros produtos agrícolas, um dos maiores produtores talvez de toda a região, necessitando para melhor escoamento de sua produção, da ligação asfáltica ora pretendida com o presente requerimento.

Dista o referido distrito de sua sede que é Campo Mourão, trinta quilômetros e possui toda a infra estrutura, como escolas, hospitais, água, luz, telefone, sendo que mais este benefício daria um grande impulso em seu desenvolvimento e a sua população que é da ordem de quarenta mil habitantes na área urbana e rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Luisiania, Município de Campo Mourão, para atendimento do povo do referido distrito.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Luisiania distante de sua sede, que é o Município de Campo Mourão, tem uma população de mais de quarenta mil habitantes, os quais através da agricultura vem ajudando decisivamente o progresso de toda a região e de todo o nosso Estado, contando com inúmeros estabelecimentos comerciais, serviço telefônico, curso de primeiro grau completo e outros benefícios, entretanto na área da saúde, talvez a mais importante, não possui, ainda um atendimento a altura, necessitando que os órgãos públicos atuem essa área. Daí a nossa solicitação, que se inclua nas prioridades a criação e instalação de um Posto de Saúde naquela localidade, o qual

por certo virá preencher a lacuna até agora existente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se oficie à COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA e ao PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, solicitando seja efetuado estudo de viabilização para a criação da COMARCA DE CAMPINA DA LAGOA, desmembrando a mesma da COMARCA DE UBIRATÃ e anexando o Município de NOVA CANTU, o qual faz parte da aludida comarca.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Campina da Lagoa hoje conta com cinquenta e um mil, setecentos e cinquenta e quatro habitantes, os quais vivem em 799 km², dando portanto uma densidade demográfica de 64,78 habitantes p/km², com essa população distribuída quase toda na área rural, o que representa a predominante de minifúndios, pois do total acima, aproximadamente dez mil habitantes vivem na área urbana. Seu colégio eleitoral é da ordem de onze mil e noventa e nove eleitores, distando da sede da comarca aproximadamente trinta quilômetros, e por seu lado Nova Cantu conta com vinte mil e sessenta e um habitantes, dos quais seis mil na zona urbana, e possui um colégio eleitoral de cinco mil, quinhentos e quarenta eleitores, tendo sua área demográfica de 30,73 habitantes por km², para uma área de 653 km², o que representa também uma área minifundiária, distando de Ubatã 59 km e de Campina da Lagoa apenas 29 km.

A produção agrícola dessa região é uma das mais prósperas de todo o nosso Estado, o que implica em fatores que dificultam sua população por estar na dependência direta da Comarca de Ubatã, dada as diversas dificuldades que sempre se impõe, desde o registro de cédulas rurais, às mais diversas, daí nossa solicitação, para que a Casa aprove o presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se oficie, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Professor EDUARDO PORTELLA, DD. Ministro da Educação e Cultura, solicitando estudos para a implantação de medidas de proteção à música, teatro e cinema brasileiros, criando e controlando a obrigatoriedade de programas regionais, ajustados aos usos e costumes locais, segundo as características culturais específicas de cada região, fazendo prevalecer os mesmos sobre aqueles que hoje imperam em nossos principais órgãos de entretenimento, que visam, mais do que educar e entreter elevadamente, a dominar o mercado cultural brasileiro, a desculturar e desnacionalizar o cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Edilson Alencar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Dr. WALFRIDO DE MIRANDA ASSY, DD. Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, solicitando estudos para a criação e implantação de um posto de identificação na sede do Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Edilson Alencar.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Formosa do Oeste, um dos mais progressistas de nosso Estado, se recente até hoje de um posto de identificação para poder dar um melhor atendimento aos seus munícipes que necessitam da carteira de identidade e do atestado de boa conduta, que atualmente, tem uma demora bastante acentuada na sua entrega, tendo em vista que, os cidadãos para a sua obtenção precisam se deslocar para outras regiões onde haja um posto do referido instituto, para poderem encaminhá-los. Onerando dessa maneira, consideravelmente, os bolsos daquelas pessoas, que necessitam dos serviços daquele instituto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, sugerindo convênio com o órgão INPS, visando a colocação de ambulâncias nos estádios de futebol.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

É muito importante a presença de ambulâncias em campos de futebol, principalmente pelo clima de violência que atualmente impera no futebol brasileiro. Vários jogadores têm sofrido problemas dos mais sérios e ficam até mesmo correndo risco de vida, como foi o caso recentemente do goleiro Paulo Roberto, do Colorado. Por isso estamos sugerindo um convênio com o INPS, já que o Pronto Socorro Municipal não dispõe de veículos suficientes para tal tipo de atendimento, além de não dispor de condições para atuar na área estadual, já que seu vínculo é com o município. Naturalmente, que a ambulância que será escalada para atuar no estádio, deverá contar com material para socorro de emergência e principalmente, com aparelhagem de oxigênio, importante detalhe para salvamento de vidas. Existem casos de graves contusões, cujos jogadores não recebem socorro imediato, sendo levados para hospitais em táxis ou automóveis particulares. Também ocorrem problemas com torcedores, que devido a emoção do jogo sofrem problemas de coração, sem falar naqueles que se envolvem em brigas ou são atingidos por objetos dos mais diversos. Com ambulância no local, tudo ficará resolvido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado o seguinte pedido de informações ao Chefe do Poder Executivo:

Considerando que o "Diário Oficial do Estado do Paraná", n.º 469, de 18 de janeiro de 1979, na 1.ª página publicou:

"DIVERSOS - 00140/79/CC - BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR - Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, à disposição do Poder Executivo, solicita autorização para que possa se ausentar do país, para freqüentar Programa de Pós-Graduação para obtenção do Grau de Master Of Public Administration, na University Of Southern California de Los Angeles, Estados Unidos da América do Norte, no período de 1.º. 1.º.02.79 a 31.01.81, mantendo seus vencimentos e vantagens durante o período de seu afastamento.- Autorizo, com onus limitado, pelo prazo de dois anos, a partir de 11.01.79. Em 08.01.79";

Considerando que a ausência do país de dito funcionário o foi como se constata, para tratar de assuntos exclu-

sivamente particulares;

Considerando que, na espécie, teria de ser requerida, na forma do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, licença por dois anos, sem vencimentos;

Considerando que, além da ilicitude do ato, tipicamente de favorecimento pessoal, o Estado não abre iguais oportunidade para todos os Servidores Públicos que aspirem a conquista, no exterior, de títulos pós-graduação desse porte,

DESEJA-SE SABER:

- Qual a justificação legal para o ato de autorização a BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR ausentar-se do país, com "onus limitado"?
- Em termos de prodigalidade à custa do Erário Público, em quanto importa, mensal e anualmente, esse "onus limitado"?
- Qual o benefício que o Estado auferirá ante a concessão, individual, a BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR do título de Mater Of Public Administration, para justificar a sangria que o Tesouro Público está sofrendo?
- Informar se o "onus limitado" é pago em dólar norte-americano e se, com as sucessivas desvalorizações do cruzeiro, esse "onus limitado" passa a não ter limites?
- Por qual dotação e por qual verba está correndo essa despesa, no Orçamento do Estado?
- Por que, diante da possibilidade de vagas ou bolsas de estudo em escolas de grau superior no estrangeiro, como no caso de Belmiro Valverde Jobim Castor, não se estabelece, por um princípio de equanimidade, o regime de concurso entre todos os Servidores Públicos do Estado, interessados em utilizá-las, para que aproveitem as vagas abertas e as bolsas de estudos os mais aptos, ao em vez do regime de exceção odioso, de favorecimento pessoal, em consequência do tráfico de influência no seio do Governo Estadual?

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979

(a) Lineu Turra.

PROJETO DE LEI N.º 26/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1979.

(a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Futebol de Salão exerce as suas atividades segundo o disposto no seu estatuto e leis emanadas dos órgãos hierarquicamente superiores, e, tem por fim dirigir o futebol de salão no Estado do Paraná, promover a realização de campeonatos, torneios e competições, incentivar, por meio de processos educativos e compatíveis, como fundamento de atividades institucionais, a cultura moral, cívica e intelectual, sobretudo, no meio das gerações mais novas. A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, vem há mais de um (1) ano prestando relevantes serviços à comunidade, de forma desinteressada. O corpo diretor da referida Federação não percebe qualquer tipo de remuneração. Assim sendo, e tendo em vista a pretensão, preenchendo os requisitos legais, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e aprovação final.

PROJETO DE LEI N.º 27/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado “INSTITUTO DR. MOACIR CAMARGO MARTINS”, o Instituto Médico de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Médico humanitário, cidadão pioneiro da cidade de Londrina, o Dr. Moacir Camargo Martins, além de Professor Universitário, titular da cadeira de Medicina Legal, nas Faculdades de Direito e Medicina, na Universidade de Londrina, exerceu com proficiência e extrema dedicação as funções de Médico Legista, no Instituto Médico Legal de Londrina, por mais de trinta anos.

PROJETO DE LEI Nº 28/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O atual Distrito de Catarinenses, no Município de Paranavaí, passa a denominar-se Distrito Administrativo e Judiciário de Graciosa, sem alteração de suas divisas atuais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 5941, de 08 de maio de 1969, alterou o nome do antigo Distrito de Graciosa dos Catarinenses, para Distrito de Graciosa e a Organização Judiciária Estadual, passou a denominá-lo Distrito de Catarinenses.

O Prefeito de Paranavaí, atendendo deliberação da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, oficiou ao autor do presente projeto, solicitando as medidas cabíveis.

Desta forma, não havendo impedimento de ordem legal, é justo que se atenda ao apelo dos moradores da região, através do presente plano de lei, para o qual solicito o indispensável apoio desta nobre Assembléia.

PROJETO DE LEI Nº 29/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei nº 6755, de 16 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, o “LAR SÃO VICENTE DE PAULO”, com sede e foro na cidade de Umuarama”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei nº 6755, de 16 de dezembro de 1975, a “Conferência São Francisco de Assis”, da Sociedade São Vicente de Paula, de Umuarama, foi declarada de utilidade pública.

Ocorre que, através de Assembléia Especial, cuja ata consta do presente processo, a entidade em questão mudou a sua denominação para “LAR SÃO VICENTE DE PAULO”.

Daí, a necessidade da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 30/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Artigo 1.º e seus incisos, da Lei nº 49, de 21 de novembro de 1962, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica criado no Município de Colorado, o Distrito Administrativo e Judiciário de ALTO ALEGRE, com as divisas seguintes:

— partindo da foz do Córrego dos Quatro Saltos, no Rio Bandeirantes do Norte, sobe pelo Córrego dos Quatro Saltos, até sua cabeceira, de onde, em linha reta, alcança a nascente do Córrego Cateto e por este abaixo até sua embocadura no Ribeirão Pedregulho; por este acima e acompanhando os limites com os Municípios de Nossa Senhora das Graças, até atingir o Rio Bandeirantes do Norte, e por este abaixo até a foz do Córrego dos Quatro Saltos, no ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Na lei que criou o Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no Município de Colorado, por lamentável engano, as divisas foram descritas completamente erradas, de tal modo que a área do referido distrito ficou a de todo o município.

Com este projeto de lei que colocamos à consideração da Casa, se pretende corrigir tal equívoco.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, hoje, mais para justificar e adiantar os debates sobre um dos problemas que mais nos preocupam na área de segurança nacional, principalmente nos municípios de faixa de fronteira.

Haverá de realizar-se dia 7, uma reunião da Associação dos Vereadores de Faixa de Fronteira, denominada AFRONT, para tratar exatamente do gravíssimo problema que encontram esses municípios, exatamente por terem os seus prefeitos nomeados e renomeados, e já se tornando assim donatários do Poder Municipal, alguns até por 15 anos, outros por 10 anos.

Não se justifica, portanto, esperar os próximos 4 anos, muito menos para dar margem a manobras impopulares, propagacionistas, que a consciência popular daquela região sabidamente está a abominar.

E, para justificar o nosso requerimento, que pede apoio à lei apresentada pelo Deputado Maurício Fruet, e que pede também às bancadas do MDB e da ARENA no Congresso Nacional, que se agilize a reformulação da lei que estipula a faixa de fronteiras à área de segurança nacional, valho-me apenas de um, talvez dos mais graves e característicos exemplos desse tipo de ditaduras que foram implantadas na região da fronteira.

É o caso, por exemplo, do Município de Medianeira. O Município de Medianeira, tendo à testa do Governo Municipal um dos mais corruptos e incompetentes administradores daquela área de segurança.

A corrupção de Luiz Bonatto, célebre donatário de Medianeira — e quem esclarece essa corrupção não sou eu, é o próprio Tribunal de Contas do Estado, que até hoje não aprovou nenhuma das suas prestações de contas, inclusive no relatório da última apresentação de contas, o próprio Tribunal aponta as irregularidades verificadas.

Leio aqui, alguns itens dessas irregularidades que são: super-fixação de despesas, saldos lançados nos balanços financeiros e patrimonial absolutamente irreais e sem qualquer autenticidade, além de outras graves irregularidades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos admitir, de tão consciência, e com espírito de honestidade, de que uma tal pessoa continue à testa do Governo naquele município.

Além da gravidade de ter-se ensaiado naquele município, há anos passados, uma nova técnica contábil, que é a de incendiar a Prefeitura; além disso, sabe-se que o ex-tesoureiro titular daquela prefeitura encontra-se hoje refugiado, porque está com sua prisão preventiva decretada por crime de peculato.

Portanto, são irregularidades, abusos de poder, corrupções e mais corrupções. Até me abstenho de tecer maiores comentários.

Porisso, urge tomarmos u'a medida para que o povo que paga impostos, tenha também o direito de eleger aqueles que haverão de administrar os seus impostos.

Sr. Presidente, era isso que eu queria adiantar. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, no Pequeno Expediente.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Paraná, um Estado essencialmente agrícola por tradição, vem nos últimos anos se voltando para o campo da industrialização.

É lógico que deveria se partir para isso.

Somos um dos maiores produtores dentro do setor primário da economia, com nossa agricultura desenvolvida, resultante da aplicação da técnica.

Mas o auxílio das máquinas na lavoura, traz o risco de transformá-la em grande latifúndio e desaloja o homem que então se vê forçado a procurar outra atividade, ou outra região.

O Poder Público deve procurar fixar o homem à terra, mas se este não possui trabalho no campo, terá que buscar a cidade, onde encontrará serviço, desde que haja indústrias.

Preocupamo-nos então, em dar condições de melhor desenvolvimento ao processo de industrialização em nosso Estado.

Cremos que o Paraná possa se expandir no setor industrial de forma harmônica com a locação das indústrias, em especial as agro-indústrias, próximas dos locais das matérias primas.

Somos, portanto, plenamente acordes com o novo Ministro da Indústria e Comércio, quando se pronunciou no sentido de que não devemos formar polos industriais, sob pena de criarmos problemas urbanos insanáveis.

Hoje, o Paraná já possui uma infra-estrutura em matéria de meios de transportes, comunicações e energia elétrica, em posição invejável.

Foi pensando nestes aspectos todos, que ora apresentamos e como sugestão solicitamos, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, um ante-projeto de lei, tratando do estabelecimento de um regime de incentivos à industrialização.

Escolho esta modalidade para que o Chefe do Executivo, após determinar estudos sobre a sugestão apresentada, envie a esta Assembléia proposição nesse sentido, pois, em virtude de tratar-se de matéria financeira, é de competência privativa do Governador a iniciativa do processo legislativo, quanto ao assunto em questão.

Leio então, a sugestão antes referida:

"Súmula: Cria o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná - FUNDEP, o regime de incentivos e dá outras providências.

"Art. 1.º — Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná - FUNDEP, a quem caberá a supervisão e orientação na aplicação de incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento da industrialização deste Estado, autorizando e fiscalizando sua aplicação.

Art. 2.º — O FUNDEP, terá como fonte de manutenção, 3% (três por cento) dos valores aplicados pelos tomadores de ações ou cotas com recursos dos incentivos fiscais instituídos por esta lei.

Art. 3.º — Fica criado o regime de incentivos fiscais, cujo produto deverá ser aplicado na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais que vierem a se instalar no Estado do Paraná, e que tenham seus projetos aprovados pelo Conselho Administrativos da FUNDEP.

Parágrafo único — A constituição do Conselho Adminis-

trativo da FUNDEP será regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 4.º — Os incentivos fiscais mencionados no artigo anterior corresponderão a 10% (dez por cento) aplicados sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias - I.C.M. devido por qualquer contribuinte do referido tributo, estabelecido no Estado do Paraná, aqui recolhido.

Parágrafo único — Excluem-se do benefício instituído pela presente lei, o I.C.M. recolhido por força de notificação ou auto de infração fiscal.

Art. 5.º — O aproveitamento do incentivo fiscal atenderá as seguintes normas:

I — o contribuinte, à época do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, confeccionará a guia de recolhimento consignando no campo "observação" o valor do incentivo;

II — o valor correspondente ao incentivo será lançado em conta especial - FUNDEPE, junto ao Banco do Estado do Paraná S/A;

III — ao contribuinte será lícito até dois anos após efetuado o depósito, solicitar ao Conselho Administrativo do FUNDEP a aplicação dos valores depositados à sua ordem, na tomada de ações ou cotas de sociedades industriais de sua livre escolha dentre as aprovadas pelo FUNDEP;

IV — à solicitação dos incentivos aproveitados, serão juntadas cópias das guias de recolhimento a que se refere o item I deste artigo.

Art. 6.º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 30 dias.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Estou certo, Senhor Presidente, que a moção ora apresentada, se adotada, representará efetivamente a democratização do capital pela reaplicação por todos os contribuintes em indústrias, de parte do imposto devido.

Acreditamos portanto, que a medida proposta, a exemplo de adoção semelhante em outras unidades federativas, poderá contribuir de maneira satisfatória para o progresso do nosso Estado e em última análise em favor do bem estar do povo paranaense.

Era o que tinha a dizer."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Durval Monteiro, da comunidade de Astorga.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela vez primeira, nesta Legislatura, abordamos um assunto que reputamos de grande importância. E se hoje assim agimos, é porque não poderíamos nos quedar aos fatos que acontecem à nossa volta, e que, numa progressão galopante estão a preocupar toda a Nação brasileira.

Já dizia Monteiro Lobato, entre tantos ensinamentos legados, que, "um país se faz, com homens e livros". É brilhante, indiscutivelmente, a argúcia do notável escritor paulista, muito embora, nos dias atuais, os fatos estão a demonstrar uma realidade que não se enquadra no pensamento de Lobato.

A diuturna propaganda administrativa prega o ensino como meio e forma de aprimoramento. Mas o ensino está a custar uma fortuna. O aviltamento salarial não permite que os pais mandem seus filhos à escola. O ensino gratuito é pura fantasia, e somente consta da propaganda governamental.

Se fazem necessárias muitas coisas para que possamos chamar de ensino o que se promove neste País. No âmbito do ensino superior é necessário o aumento do número de vagas; no setor do primeiro e segundo graus, a construção de mais escolas e a criação de cursos profissionalizantes. No que concerne ao magistério, é preciso a adoção de uma política mais

humana e justa.

Somente povo alfabetizado é que tirará o País do subdesenvolvimento. O alicerce da cultura está no magistério, e, no entanto, esta classe é a mais desassistida dentre todas. Basta citar o desajustamento salarial do professorado, inteiramente em desacordo com a realidade nacional.

Não é só no setor educacional que o regime peca. Até o dia de hoje, infelizmente, nenhum governo conseguiu implantar uma política nacional voltada, exclusivamente, para a erradicação dos grandes males que assolam o País e que trazem grandes prejuízos ao setor da produção nacional. As grandes endemias que reduzem a capacidade de trabalho do povo brasileiro, tais como a lepra, a doença de Chagas, a tuberculose, a verminose e outras, não têm merecido do Governo, as verbas necessárias.

Elas existem, sim, mas, para a medicina curativa. A verminose é um problema de infra-estrutura, pois, somente será resolvida com o saneamento básico. E somente quando os governos estaduais e municipais tiverem condições de, cada um por si, colaborar para a erradicação desses males endêmicos, através de sistemas de água potável e esgotos, é que se justificaria investir no setor da medicina curativa.

Estas doenças somente poderão ser erradicadas, com o tratamento do meio-solo, do meio ambiente, o que exige um alto volume de recursos. O PLANASA não é suficiente.

No campo, a reforma agrária está congelada e o que se promove é a anti-reforma agrária, por meio de diversas resoluções. O Estatuto da Terra vem sendo protelado desde 1964, quando se promoveu a Lei da Terra, e a posição anti-reformista dos últimos governos tem sido nítida. Este é talvez o problema mais grave que possuímos, e se faz necessário profundas mudanças na estrutura agrária nacional.

A par da reforma agrária, deve ser dada prioridade ao desenvolvimento da agropecuária brasileira. Entendo este ser o setor sustentáculo, ou parte importantíssima da economia nacional. E ele continua ao largo do crédito oficial e sem a tão necessária assistência técnica para uma maior e melhor produtividade.

O tratamento que recebem é meramente paternalista, principalmente ao pequeno e médio produtor rural. Se faz necessário dar a este "marginalizado" uma assistência econômica e social, justa e humana.

O fortalecimento do sistema tributário municipal deve ser a primeira medida para o restabelecimento da autonomia política, administrativa e financeira dos municípios. A existência da autonomia municipal é um dado histórico na Nação brasileira. É preciso que se restabeleça os vinte por cento do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Ao mesmo tempo, urge diminuir as vinculações das transferências do Fundo de Participação, deixando aos Estados e Municípios maior espaço para respirar.

Muitas coisas, Senhor Presidente, muitas coisas, Senhores Deputados, precisam ser mudadas ou revistas. O tempo para dissertá-las aqui desta tribuna é escasso. É preciso, por exemplo, revisar a política salarial deste País. A greve dos metalúrgicos é produto final de 14 anos de arrocho salarial. Neste espaço de tempo, o custo de vida cresceu 49 vezes e os salários apenas 29. A greve é o fruto da intransigência. O direito de reivindicar e protestar é confundido com provocação. Sem querer ser vidente posso verificar que a situação se agrava dia a dia. Não sou pessimista, mas na seriedade deste pronunciamento quero alertar, quero contribuir, na tentativa de despertar a consciência dos que detêm o mando.

A insatisfação popular não é contra a farda. A culpa é dos homens e das limitações impostas pelo poderio econômico alienígena. O enriquecimento da minoria e o empobrecimento da maioria, já não tão silenciosa, são extremos que conduzem a lugar nenhum, ou melhor ao desequilíbrio, às tensões e a previ-

síveis reações. Estas já se começam a sentir, de forma ainda ordeira e pacífica, mas se assim continuar a vida brasileira, temo pelo ódio fraticida. Não me chamem de pessimista. Sintam o óbvio. Pensemos em termos de PÁTRIA, sem situação ou oposição, para que possamos conseguir o que desejamos, e que já se faz tarde. Conseguir o direito do povo de viver, de reivindicar, de escolher sem restrições.

Se Monteiro Lobato fosse vivo, por certo diria: "UM PAÍS SE FAZ COM HOMENS LIVRES".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

Antes, porém, registramos com satisfação a presença em nosso Plenário, do Sr. José Roberto Laggi, Vice-Prefeito de Terra Rica.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Compareço hoje a esta tribuna, para justificar e encaminhar à mesa, requerimento de minha autoria: (Lê): "Senhor Presidente.

É uma reivindicação antiga, verdadeiro sonho acalentado dos dois lados da fronteira, a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando as cidades de Foz do Iguaçu-Brasil e Puerto Iguazú-Argentina.

E é, por todos os títulos, uma pretensão justa e de sentido econômico que não pode ser contestado. Para Foz do Iguaçu, sua região de influência e para o próprio Estado do Paraná, assim como para os equivalentes do outro lado do rio, isto é, Puerto Iguazú, sua região de influência e Província de Misiones, a construção importará em completa integração regional — física, econômica e social, com reflexos a mais longo prazo na própria política econômica de ambos os países.

Ao contrário do que podem entender alguns, a ponte não é, apenas, pretensão utópica de alguns sonhadores. Pelo contrário, é cogitação séria de autoridades de ambos os países, a ponto de, em 1972, uma carta de intenção nesse sentido haver sido assinada pelos então Presidentes Médici e Lanusse.

Por alguma insondável razão, contudo, após esse fato decaiu o interesse pelo assunto, ressurgindo agora e, desta feita, com renovado empenho.

Reuniram-se, unificando esforço, empenho e dedicação, entidades, clubes de serviço, empresários, enfim, todas as mais marcantes personalidades de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, encetando vigorosa campanha que objetiva alcançar apoio público e dos veículos de divulgação e sensibilizar as autoridades de ambos os lados da fronteira para a efetiva e real necessidade de construir-se, o mais breve possível, a tão almejada ponte.

Com fundamento no até aqui exposto, encaminho à Mesa, para que submeta à consideração do Plenário, o seguinte requerimento:

Proponho aos Srs. Deputados que se declare a Assembléia Legislativa do Paraná solidária com a campanha pró-construção da ponte internacional sobre o Rio Iguaçu, assegurando seu integral apoio à Comissão Mista Brasil-Argentina Pró-Construção do referido elo de união entre os dois países irmãos.

Requeiro também, se aprovado este, que se dê conhecimento do fato, mediante remessa de cópias, aos Srs. Sérgio Lobato da Motta Machado, Oswaldo Ferraz Damiano, Acácio Pereira, Evandro Stelle Teixeira e Ermínio Gatti, em Foz do Iguaçu, e Srs. Oscar Cianci, Ramon Perez Villar, Rolando Lopes, Juan José Ostenera e Augustin Arrabal, em Puerto Iguazú-Argentina, todos componentes da Comissão Mista.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1979."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É realmente um assunto que muito marcará a história política, econômica e social do Estado do Paraná e da Província de Misiones. Hoje a Argentina encontra-se com a sua população viajando diariamente para Foz do Iguaçu e Porto Presiden-

te: Stroessner, no Paraguai.

As dificuldades são enormes porque não temos o que foi feito entre o Brasil e o Paraguai, a construção da Ponte da Amizade, no Governo de Juscelino Kubitschek. E nós estamos apoiando e pedindo o apoio para que a comunidade que já iniciou o seu trabalho junto às autoridades da Argentina e que continuará com este mesmo trabalho junto às autoridades brasileira, e desta feita através da minha humilde palavra, as comunidades brasileira e argentina solicitam aos Srs. Deputados um apoio a esta iniciativa que, sem dúvida alguma, haveremos de, no futuro, assistirmos e participarmos também, efetivamente na construção desta referida ponte, ligando os dois países amigos, Brasil e Argentina.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Registramos com satisfação a presença em nosso Plenário, do ex-Prefeito de Cornélio Procopio, Sr. Michel Dibbe.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O arbítrio e a prepotência são causas geradoras da revolta e da intranquilidade social.

A cidade de Londrina, que honrosamente representamos nesta Casa, tem vivido nestes últimos dias, momentos de revolta e de intranquilidade diante de acontecimentos que envolvem docentes, residentes e internos do Hospital Universitário e a direção deste estabelecimento hospitalar.

O Sr. Reitor da Universidade Estadual de Londrina, José Carlos Pinotti, mais um vez vem demonstrar que não possui os requisitos necessários para desempenhar tão nobre e importante função.

Logo no início de sua gestão determinou a invasão do DCE de Londrina, arrombando paredes e retirando de lá uma máquina impressora e baixou, em seguida, ato extinguindo todos os diretórios estudantis junto à Universidade, numa visível demonstração de força e de prepotência. Esse assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi motivo de manifestação de toda a classe política da oposição radicada em Londrina, que até hoje lamenta e censura tal medida anti-estudantil e abusiva.

Agora, numa nova investida, valendo-se, novamente do arbítrio e da insensatez, nomeia um tal de Coronel Rubens Passerino Moura, da reserva remunerada do glorioso Exército Nacional, para gerir os destinos do Hospital Universitário de Londrina.

Este novo administrador, numa visível demonstração de desconhecimento de administração hospitalar, valendo-se da sua condição de militar, tomou inúmeras medidas internas e de maneira impositiva, causando a revolta e o descontentamento em quase todos os docentes, internos e residentes daquele hospital.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados: este assunto já foi motivo de nossa manifestação nesta Casa, na sessão de segunda-feira próxima passada, quando prevíamos que fatos mais graves, em decorrência dessas medidas arbitrárias e anti-éticas de Diretor do HU poderiam advir.

De fato, tudo aquilo que a reportagem do jornal “Folha de Londrina” trazia na edição de sábado, 31 de março próximo passado, ocorreu.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomamos conhecimento através de contatos mantidos com médicos que trabalham naquele hospital, que vários professores foram demitidos, por não concordarem com as medidas arbitrárias e inadequadas, adotadas pelo aludido Coronel Moura.

E o que é pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esses médicos demitidos, que lá trabalham na condição de professores, são todos de alto conceito moral e de notável saber médico-científico, o que os tornam imprescindíveis àquele Hospital-Escola. É profundamente lamentável que isso venha a ocorrer,

pois HU é um estabelecimento hospitalar de grande atendimento público regional. E com esses acontecimentos, além das injustiças e descontentamentos causados junto aos docentes, junto aos internos e residentes, expõe toda uma comunidade regional à falta de atendimento médico-hospitalar.

Por culpa de quem?

Exclusivamente, por culpa de quem dirige a Universidade de Londrina, o Sr. Reitor José Carlos Pinotti, que deveria ter mais sensibilidade e mais cuidado para nomear alguém para dirigir um órgão importante como o HU.

A insatisfação, e o desagrado causado pela nomeação do Cel. Rubens Passerino Moura, junto aos docentes, junto aos internos e residentes do HU, foi tão grande, principalmente, em razão das medidas impositivas que no dia de ontem, deliberaram em assembléia geral, paralisaram esse trabalho em sinal de protesto, por tudo o quanto vem ocorrendo naquele hospital, agravado pela demissão de vários professores entrando em greve.

E como resolver grave problema social, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gerado por estas medidas injustas e arbitrárias, pela prepotência de um Reitor, pela incompetência desenfreada e apaixonante de um Coronel Rubens Passerino Moura?

A Associação dos docentes do Hospital Universitário de Londrina diz como pode resolver este problema. Primeiro:

Com a readmissão dos docentes punidos;

Segundo: com a demissão do Diretor Superintendente, Coronel Rubens Passerino Moura, homem sem condições emocionais para dirigir um órgão daquela importância.

Terceiro: demissão do Diretor-Clinico, Dr. Rui Viana Júnior.

Quarto: revogação do Ato executivo do vice-Reitor em exercício que aprovou o Regimento Interno, de forma arbitrária.

Aí está, pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o desfecho de uma crise que, caso os homens que dirigem a Universidade de Londrina, tivessem um pouco mais de bom senso e de maturidade, poderia ter sido evitado.

Faço, desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um apelo ao Ex.^{mo} Sr. Governador Ney Braga; um apelo ao Ex.^{mo} Sr. Secretário Edson Machado, da Educação do Paraná, no sentido de que as reivindicações dos docentes da Universidade de Londrina, Hospital Universitário, sejam atendidas para que a comunidade regional, que se vale dos atendimentos do Hospital, sejam melhor atendidas e não se expoem tanto ao desalento e a esta medida arbitrária.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno hoje do Sudoeste onde, mais uma vez, fui procurado, lá na longínqua Capanema, pelos homens que foram esbulhados pelos grupos vorazes deste Estado, a Frimesa e a Comabra.

E hoje, um dos assuntos que mais têm sido discutido neste nosso Estado, tem sido exatamente o problema daqueles homens que assinaram, em mau momento, as ditas notas promissórias rurais.

As manchetes dos jornais de hoje, são para saudar o posicionamento do ilustre Secretário de Agricultura de nosso Estado, Dr. Reinhold Stephanes, que se posiciona contra o pagamento por parte dos colonos, das notas promissórias rurais.

E é nesta oportunidade, que quero apresentar os meus parabéns àquele ilustre homem público, que vem somar, à sua voz a voz de muitos que lá no interior tomaram esta decisão.

Srs. Deputados, com as falências e concordatas de frigoríficos, o problema das notas promissórias rurais surgiu com toda a intensidade, e milhares de produtores rurais se viram, de uma hora para outra, responsabilizados por débitos de ven-

das de seus próprios produtos.

Sobre o assunto muito se tem falado sem uma solução definitiva.

Aqui mesmo, nesta Assembléia Legislativa, recebemos há mais de um ano a visita do ilustre ex-Senador Mattos Leão, então na Diretoria Regional do Banco do Brasil, para fazer a comunicação oficial de que este estabelecimento não iria exigir do produtor o ressarcimento das NPRs. Parece que tal afirmação não era para valer já que, no mês passado, novo diretor aqui esteve dizendo que a partir de agora, não mais o Banco do Brasil iria cobrar as tão malfadadas promissórias.

Demagogia pré-eleitoral a afirmação anterior?

Posicionamento simpático num início de Governo, a última promessa?

De nossa parte ficamos com a orientação que desde o início demos aos nossos companheiros e amigos "não pague nem ao Banco do Brasil nem ao Banco do Estado e nem aos bancos particulares".

No Sudoeste, onde pudemos fazer chegar nossa opinião, poucos pagaram.

Que os banqueiros se habilitem junto às massas falidas ou concordatárias, já que a elas cabe a responsabilidade de autorizarem crédito a firmas sem devidos cadastros.

Outras soluções são meros paliativos.

À alegação de que a lei favorece a execução das promissórias, caberia a interrogação: a lei? Ora a lei!

Que lei obrigou o Governo a arcar com as falcaturas das financeiras, dos Lutfallas, dos Atalas, e tantos outros voraços grupos deste País?

Ademais, quando temos um legislativo castrado e subversivo, falar em lei é puro exercício de imaginação. Assim é que quando o Senador Leite Chaves, em agosto de 1975, como que prevendo a atual situação, pretendeu mudar a legislação sobre as NPRs, encontrou um Senado completamente apático em relação ao problema.

O projeto de lei, que impediria a atual situação, morreu na gaveta do relator, Senador Paulo Guerra, mais interessado no apoio aos banqueiros que no problema do produtor rural.

Quanto às represálias por parte dos bancos, fica a pergunta: que fazem os sindicatos, além de serem instrumentos de Governo, ao se prestarem a um assistencialismo arcaico?

Que promovam concentrações frente aos bancos que tomarem medidas repressivas, impedindo-os de qualquer operação, que em vinte e quatro horas, nós temos a certeza, a solução será encontrada.

Se trezentos produtores rurais, reunidos em frente à uma agência bancária, impedirem esta de funcionar, eu tenho a certeza, que assim como foi encontrada solução para os magnatas que lapidaram o patrimônio desta Nação, os Atalas, os Lutfallas, os Malufes, eu tenho a certeza que se trezentos colonos prejudicados com uma lei injusta, impedirem um banco, fecharem-no durante dois ou três dias, a solução imediatamente aparecerá.

Subversão? Pode ser. Eu assumo. Assim como assumi, desta tribuna, de onde fui chamado de subversivo, quando prometi que pegaria e mandaria pegar em armas no Sudoeste, se lá o INCRA fosse tentar fazer revalidação de títulos. E lá, o INCRA já não vai mais, porque já recebi expediente daquela repartição, a qual eu me referia, não terá mais revalidação de títulos.

Subversão? Não sei. Subversão companheiros, subversão, nobres Deputados, deixarmos o colono a sofrer, durante um ano, endividado no banco, sem ter condições de operar em bancos, porque os banqueiros e os magnatas deste País, querem acabar com o produtor dessa nossa terra.

Por isso, Srs. Deputados, apresentamos um requerimento à Casa, no sentido de que façamos um apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, que ouvindo, não só a esta Casa, mas mesmo

o Executivo estadual que hoje, através do Sr. Secretário da Agricultura, faz um apelo, para que esse Ministro atenda o agricultor do Paraná, determinando o não pagamento das Notas Promissórias Rurais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o pronunciamento proferido no início desta semana, pelo ilustre parlamentar, Luiz Alberto de Oliveira, analisando as diretrizes globais, elaboradas pelo Sr. Governador do Estado, Ney Braga, para o período 79/83.

Procuramos, evidentemente, encontrar em suas palavras, análises e definições governamentais, que viessem trazer a nós da oposição e a todo o Paraná, o melhor entendimento das diretrizes globais.

Infelizmente, para nós da oposição, e para os analistas de um modo geral, encontramos apenas o verdadeiro voto de confiança do referido parlamentar, a inteligência, espírito público e liderança do Governador Ney Braga. Enfim, uma análise eminentemente literária.

Analisou, por exemplo, o ilustre Deputado, nossa situação na década de 50, quando disse: — "Ao ouvinte atento, todavia, não deverá fugir à realidade de um crescimento obrigatoriamente desordenado".

Concordamos plenamente. Porém, há que se acrescentar, que o crescimento desordenado da década de 50 e anteriores, conseguiu atrair para cá grande número de brasileiros, de todas as partes do País, que atraídos pelo sistema de colonização, principalmente do Norte Novo e Novíssimo de nosso Estado, dividido em pequenas propriedades rurais, proporcionava condições para todos que aqui aprotavam, para que constituíssem famílias, adquirindo lotes de terras ou se dedicassem ao comércio florescente, visando assim, um futuro melhor para si e seus filhos.

Enumerar os pequenos vilarejos, ...

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Já lhe darei o aparte nobre Deputado.

... que, como num passe de mágica, transformaram-se em grandes cidades em curto espaço de tempo, na década referida, seria cansativo por ser do conhecimento de todos os Senhores Deputados.

Mesmo desorganizado, o crescimento econômico do Estado beneficiava diretamente o seu principal agente: o homem.

As dificuldades encontradas, então, pelos brasileiros e não nacionais, que procuravam no Paraná a sua moradia definitiva, eram efetivamente de infra-estrutura, tinham dificuldades na comercialização de suas colheitas, ressentiam-se de uma maior e mais efetiva presença dos órgãos governamentais no financiamento e orientação técnica para suas lavouras. Mas, negar que houve progresso é negar as evidências.

O Sr. Gernote Kirinus — Deputado Antônio Facci me permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Já lhe darei, Deputado Gernote Kirinus, assim que permitir ao Deputado Fidelcino que o faça.

Chegamos, então, à década de 60 e ainda nas palavras do ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o Paraná encontrou o seu grande Líder, elegendo o Sr. Ney Braga para Governador do Estado.

Efetivamente, o Paraná sofreu grandes modificações de 60 para cá: aumentou sua produção, iniciou uma fase tímida de industrialização, implantou algumas escolas de nível superior, conseguiu de fato, maior responsabilidade.

De 60 até hoje, nosso Estado sempre esteve dirigido por

homens de absoluta confiança ou da mesma agremiação política do Sr. Ney Braga. Desde Paulo Pimentel, seu candidato e sucessor, passando por Haroldo Leon Peres, também do mesmo Partido, Emílio Gomes, Parigot de Souza, Jayme Canet e, agora, volta Ney Braga ao Governo.

Portanto, se vitórias foram conseguidas, e louvores devem ser apresentados, as dificuldades com que se defronta o Estado, também devem ser cobradas do mesmo e ilustre Líder.

Tem um aparte o nobre Deputado Fidelcino Tolentino. O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Antônio Facci, há um provérbio popular que diz o seguinte: “a vitória, por mais desonrosa que ela seja, ela nunca indis põe aqueles que a têm”. E, fazendo uma análise da história, principalmente do Sudoeste do Paraná, da colonização do Sudoeste do Paraná, do Oeste do Paraná, em que o jaguncismo imperava sob uma forma afrontosa; o acinte, o porte de armas, tiroteios nas ruas, o conflito armado entre grupos pretendentes de áreas de terras, bem faz notar que existiu uma grande divergência entre um determinado grupo que era pessedista, com outro grupo que era pedecista, e um terceiro, que era o mais afoito, o petebismo, de alguns elementos que praticamente tomavam as rédeas do coronelismo da região Oeste do Paraná.

Então, era um conflito entre Oeste e Sudoeste, e que tinha o seu divisor o Rio Iguaçu.

Surgiu o Governador Ney Braga, com aquela fama de redenção, de melhoria, de justiça, e colocou em Cascavel, um chamado Coronel Lapa, que foi um terror para alguns jagunços, mas também foi um chicote para muitas pessoas dignas que ele não chegou a conhecer. Inclusive, um dos Prefeitos da época, sofreu sérias ameaças desse Coronel Lapa, colocado pelo Governador Ney Braga.

Mas, eu queria me situar naquela divergência de posições que havia entre o PSD e o pedecismo, ou melhor, entre o “neysmo”. E do lado do pessedismo estava o grupo liderado pelos detentores de vastas áreas de terra, de que é - se não me falha a memória, e se me falhar me perdoe Sua Excelência o nobre Deputado Luiz Alberto, que ele é descendente do pessoal detentor desse grupo de terras, e que tinha larga divergência política, parece-me que até ideológica do Sr. Ney Braga, e o que estranho e me faz promover este aparte, é justamente isso que, na política do “beija-mão” e do “dar a mão”, tudo pode acontecer.

Então, solicitei este aparte para manifestar aqui a minha estranheza quanto aos fatos que são muito maleáveis no curso do tempo. E não sei se porque o Deputado Luiz Alberto é de uma geração mais nova desconhece o fato - e isso é ótimo para o Parlamento, principalmente para as causas públicas, parece-me que há, ainda, divergência nesse aspecto.

E é bom que se diga, desde logo, para que aqueles representantes populares se situem numa, ou n'outra posição.

Parece que já começam a fazer gestões para que partidos políticos sejam sub-partidos, transformando sub-legendas em sub-partidos. É uma proposição até de um Deputado da ARENA. Pode ser até que neste “fritar de gorduras, todas as banhas se misturem”.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Obrigado, Sr. Deputado.

Prova cabal que mesmo na época, depois que assumiu a liderança do Estado do Paraná o Sr. Ney Braga, as coisas não andam tão bem. São as denúncias que estão aí nas revistas de circulação nacional a denunciar que a situação no Oeste e Sudoeste, permanece quase a mesma.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite mais um aparte, apenas para concluir? (Assentimento)

Esqueci de fazer um fecho do “jaguncismo”. Antes era um “jaguncismo” acintoso, que portava armas, com barbas grandes, com chapéu de abas largas, com capa por cima da roupa, típico do sertanejo nordestino que muito bem repre-

sentou Lampeão e sua caterva.

Ocorre que, hoje, a sociedade refinou o jaguncismo. Lá em Cascavel, e na região toda, pois vejo aqui num jornal que um suplente de vereador foi assassinado em frente à sua casa.

Há dias passados, um policial militar assassinou um rapaz que tinha as mãos algemadas nas costas, assassinou pelas costas.

Recentemente, um cabo foi vítima de um assassinato hediondo. E o que é pior, na semana passada, Sr. Deputado, ocorreu um fato interessante que me permita Vossa Excelência fazer um relato aqui. Até era para eu ocupar essa tribuna, hoje, para poder explicar melhor, para que os Anais pudessem registrar esta triste tragédia da segurança, ou melhor, da insegurança em nossa área. E lá, próximo, pasmem Vossas Excelências, é área de Segurança Nacional, considerada zona de segurança nacional. Não sei mas, creio que, à esta altura, até o princípio de nacionalidade está confuso.

Ocorre o seguinte: um agricultor vendeu uma partida de milho. Pegou o dinheiro. Uma parte enrolou num lenço e botou num bolso, e a outra parte, dois mil e oitocentos cruzeiros, botou no bolso da frente de sua calça. Ao tomar um ônibus, num dos bairros mais populosos de Cascavel, na Avenida Brasil, no Bairro São Cristóvão, foi apanhado por policiais militares, que andaram com esse agricultor por vários bairros da cidade que foi espancado, deixado em estado de coma, depois de perder os dois mil e oitocentos cruzeiros - se não me falha a memória - foi tropeçado, à noite, por duas pessoas que transitavam na rua, pois que ele estava desfalecido. O agricultor foi levado ao hospital, reconheceu, inclusive com testemunhas. E estive no Batalhão para falar com o Comandante, não foi possível. Fui à Justiça, pedir ao Juiz e ao Promotor tomasse a termos as suas declarações, para punir os culpados. Porque, se as autoridades não têm a iniciativa, depois de tomar conhecimento de um fato como este, é porque não têm competência também para a investidura.

Eu quero só deixar estas exposições, Sr. Deputado, para vermos que o jaguncismo apenas mudou de roupagem, mas, que ele existe em grau maior e buscando, ainda o que é pior, a inteligência do refino da sociedade.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Mas, continuando, Sr. Presidente,

Srs. Deputados, se é verdade que nos últimos anos o Paraná calçou cerca de 5.000 km de rodovias pavimentadas, elas foram construídas, quase que exclusivamente, com recursos próprios ou oriundos dos empréstimos externos, onerando enormemente os cofres públicos do Estado, obrigando os planejadoras a desfilarem o maior percentual orçamentário, para a Secretaria dos Transportes.

Uma grande liderança de fato, deve caracterizar-se pela conquista de recursos federais, para todos os setores básicos, não a título de empréstimos, mas, com uma aplicação efetiva desses recursos em nossas obras de infraestrutura.

Enquanto o Paraná, segundo as mesmas diretrizes, trabalhará voltado para o Brasil, eu pergunto: qual a contribuição federal, para o nosso Estado? Só daqui recolhem, e, para aqui, nada volta.

Reivindicações básicas principalmente quando enfrentamos a crise internacional do petróleo - e diga-se de passagem, bode expiatório de todos os nossos problemas - não encontramos eco para obras como a rodovia que ligaria Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Foz do Iguaçu; ramal ferroviário ligando Maringá a Campo Mourão cujo estudo técnico sócio-econômico muito bem elaborado, foi enviado pelo então Prefeito de Maringá, Sílvia Barros, ao Ministério dos Transportes; a ligação ferroviária Cianorte/Guaíra, reclamada há muitos anos, nenhuma solução encontrou; perdemos praticamente o Porto de Antonina, de vital importância não apenas histórica, mas economicamente, para o nosso Estado, estando inclusive o seu termi-

nal ferroviário, sendo transformado em museu e alguns, mais afoitos, procurando utilizar a estação, como discoteque. Parece brincadeira, mas não é, o noticiário dos nossos dias foi que nos trouxe esta triste realidade; a Ferrovia Central do Paraná, concluída há pouco, já se apresenta superada, com bitola estreita, tráfego conseqüentemente lento e que não atende as reais necessidades de transporte agilizado, reclamado em nossos dias.

O Paraná, nos últimos anos, vem enfrentando um problema novo - se antes o crescimento era desordenado mas desse crescimento beneficiava-se o seu principal artífice, o Homem, hoje, encontramos uma distorção inaceitável; grandes obras de concreto são executadas realmente, financiamentos aos grandes proprietários rurais são oferecidos, relatórios positivistas são apresentados. No entanto, nossa gente está empobrecendo a cada dia mais; as pequenas propriedades rurais, fator preponderante no desenvolvimento do nosso Estado, estão desaparecendo aos poucos; os pequenos proprietários, transformados em "bóias-frias", perambulando de um lado para outro, desmotivados e sem perspectivas de dias melhores.

Enfim, a tecnologia de nossos tempos esqueceu que a criatura humana deve ser o seu principal objetivo.

Ao afirmar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que muitas escolas foram construídas em todos os níveis, não podemos deixar de analisar alguns números que nos entristecem.

O decréscimo do percentual orçamentário destinado à educação, por exemplo, é uma realidade indefensável.

Em 1977, destinava-se à Secretaria da Educação, 21,1% dos recursos do Estado. Em 1978, caiu para 19,4%. Em 1979 apenas 19,2%. A continuar o decréscimo, nós chegaremos a níveis insustentáveis. Essa situação provoca quadros estarecedores.

Senão vejamos a situação de matrícula por setores fornecido pelos próprios órgãos estaduais, em 1977, último que temos em mãos.

O Sr. Renato Bernardi - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI - Concedo o aparte ao Deputado Renato Bernardi, se me permitirem.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI - Ao Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Gabriel Manoel - Mas pedimos antes, pela ordem, nobre Deputado. Vossa Excelência está sendo discricionário.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Senhor Presidente, o aparte é concedido a quem o orador assim o desejar. Nós daremos o aparte a Vossas Excelências, assim que concluirmos o nosso pensamento. Tem o aparte o nobre Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Antônio Facci e até por uma questão de justiça, devo dizer que solicitei bem antes o aparte, apenas estava com o microfone desligado.

Vossa Excelência aborda um assunto de uma importância fundamental para o Estado do Paraná, que é o endeusamento de uma época e de uma era no Paraná e que me parece sumamente necessário que se coloque a coisa na sua verdadeira concepção, tendo em vista a situação histórica do Paraná.

Fala-se com tranquilidade, que o período de 1950, a década de 50, assistiu ao processo desordenado de colonização. Entretanto, em termos de Norte do Estado do Paraná, a não ser em casos isolados, foi feita uma colonização dentro de moldes técnicos, na época, altamente interessantes, pois se consagrava na pequena propriedade, média esta, de dez a doze alqueires por família, famílias que vinham de São Paulo e Minas, com um "know how" já adquirido em várias gerações, no plantio de café.

E foi exatamente, na presença do atual Governador do Estado do Paraná, quando Ministro da Agricultura, que deu início à desagregação completa da lavoura cafeeira no Paraná.

Foi ele, Ministro da Agricultura, com o seu Presidente do IBC, Senhor Leônidas Bório, que precederam à famosa erradicação em massa dos cafezais, pagando sessenta, pagando cinquenta e pagando quarenta centavos pelo café erradicado. E foi aí que começou o esvaziamento do Norte do Paraná, Vossa Excelência, neste tópico do seu pronunciamento, enfoca a situação caótica da educação no Paraná.

Exatamente este atual Governador do Estado do Paraná, quando Ministro da Educação, é que virou as costas para o nosso Estado, senão vejamos, que hoje, o filho do trabalhador brasileiro, residindo no Paraná, não têm condições de ingressar no terceiro grau, na famosa rede estadual de ensino superior do Estado do Paraná.

Hoje, um curso de Agronomia em uma das Universidades do Paraná, custa cerca de vinte mil cruzeiros de anuidade, sem custar a sustentação. A aplicação da Lei n.º 5692 no Estado do Paraná também é um assunto que deveria merecer desta Casa, uma atenção mais precisa, porque se nós formos observar com propriedade o nível da educação está caindo assustadoramente no Paraná. E foi exatamente nesta fase, e neste período, Sr. Deputado Antônio Facci, que o Paraná assistiu, agora sim, a uma desordenação interna no seu processo. Porque, senão como explicar que neste período, seiscentos mil ex-paranaenses estão hoje na região metropolitana de São Paulo a fornecer a sua mão de obra para o Parque Industrial Paulista; como explicar então mais de duzentos mil ex-paranaenses a atuar na agricultura paraguaia e agora entrando também na Bolívia; como explicar Deputado Antônio Facci, que neste período cerca de quatrocentos mil paranaenses estão hoje no Mato Grosso do Sul e na Amazônia legal, esvaziados e expulsos da sua própria terra.

E como justificar, afinal, o inchamento das cidades paranaenses mais com a existência de cerca de um milhão de desempregados, num Estado cuja população é inferior a dez milhões de habitantes.

Este o quadro que deve ser analisado. Pode, isto sim, como em todo o Brasil nestes quinze anos de autocracia e de exceção, pode isto sim uma elite minoritária, absolutamente minoritária se engrandecer porque engordou às custas do Poder. Mas o povo, a gente de todo o processo de produção do País, este emagreceu, este esvaziou, este ficou pobre, este está sofrendo e está suportando nas suas costas exatamente este processo de culto à personalidade, este processo de endeusamento.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Agradeço o aparte do Deputado Renato Bernardi e exatamente por isso...

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI - Já lhe darei, Deputado. Exatamente por isso é que nós cobramos, porque a verdadeira liderança, uma grande liderança consegue fazer com que o seu Estado se desenvolva sem permitir que sua gente para sobreviver tenha que partir daqui para outros cantos do nosso País e para o exterior, procurando uma sobrevivência mais digna que não encontrou em nosso Estado.

Já darei o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Eu não queria interromper Vossa Excelência, mas já que Vossa Excelência está lendo a brilhante exposição que vem fazendo, eu acho que não perturbaria Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Sr. Deputado, quero apenas me colocar.

O Sr. Erondy Silvério - O aparte é curto.

O SR. ANTÔNIO FACCI - Gostaria de dar o aparte ao Deputado Erondy Silvério, porque meu tempo naturalmente

se esgotará e ficaria então com o aparte do Deputado Erondy Silvério como o aparte que eu daria, sem desrespeito aos demais Deputados da ARENA, que me solicitaram, como o aparte da bancada da ARENA ao meu pronunciamento. Tem o aparte então, o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e procurei ser o mais breve possível. Não vou absolutamente me ater às considerações que Vossa Excelência vem fazendo dentro do seu direito, e das suas atribuições nesta Casa, com relação aos Governos da ARENA no Paraná. Apenas quero lembrar a Vossa Excelência que cada um tempera a comida de acordo com o seu paladar. Vossa Excelência dá um enfoque à administração, principalmente Canet Júnior, que não é o pensamento da maioria do Paraná. Ponto pacífico. Segundo, Vossa Excelência e mais o nobre Deputado Renato Bernardi, cometem uma injustiça muito grande, quando dizem que o atual Governador como Ministro da Educação, voltou às costas ao Paraná. Não é verdade.

Todas as realizações do Governo Canet Júnior, até dos Prefeitos de Maringá, o saudoso Prefeito Sílvio de Barros, o atual Prefeito do M.D.B. por Londrina, o nosso prezado companheiro Belinatti, e mais o atual Senador José Richa quando Prefeito, receberam copiosas e vultosas verbas do Governo Federal, só conseguidas através do prestígio inegável que gozava no plano federal o atual Governador do Estado.

Mas também não é este o ponto que quero chegar. Vossa Excelência tem um pensamento que eu tenho que respeitar. Quero apenas lembrar Vossa Excelência que estou de acordo quando Vossa Excelência diz que a estrada de ferro Central do Paraná, tão logo inaugurada, já está superada, obsoleta. Só queria lembrar a Vossa Excelência que se forem compulsados os Anais desta Casa, Vossa Excelência vai verificar que foi exatamente a bancada de Vossa Excelência através do ex-Deputado Walmor Giavarina, quem apresentou projeto de lei nesta Casa, autorizando o Governo do Estado a contrair no exterior, empréstimos de quarenta milhões de dólares na oportunidade, para a construção da estrada, dentro do projeto aprovado.

Veja Vossa Excelência que o Governo do Estado apenas fez cumprir determinações do Poder Legislativo, ao dar continuidade daquelas obras através do empréstimo obtido, também graças a projeto de lei de autoria da bancada de Vossa Excelência. Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Líder da ARENA: A verdade é que não criticamos os financiamentos, nós afirmamos e comprovamos que as estradas construídas em nosso Estado, só estão sendo feitas com recursos nossos, do Estado e de empréstimos que o nosso Estado do Paraná tem que pagar a juros altos.

Não tem conseguido este grande Líder trazer recursos para ser aplicado em nosso Estado, efetivamente, como retribuição do quanto o Paraná contribui para o Brasil. Não é importante apenas, que o Brasil, que o Paraná, contribua para o Brasil. É importante que nós saibamos e nós sabemos disso, que o Paraná dá muito e nada recebe. — É a colocação que nós fazemos.

E com referência à passagem do Sr. Ney Braga pelo Ministério da Educação, quando o Deputado Renato Bernardi afirma que ele voltou as costas para o Paraná, posso dizer e endossar as palavras do Deputado Renato Bernardi; quanto se lutou nesta Casa, Deputados da ARENA e do MDB, pela federalização de nossas Universidades, de Ponta Grossa, Maringá e de Londrina. Onde o Deputado Bernardi coloca um curso de agronomia mais de vinte mil cruzeiros a sua anuidade, sem contar a manutenção do aluno. Mas vejam bem, os Senhores todos recebem pedidos de bolsas de estudos, Sr. Deputado Erondy Silvério, de curso de odontologia nas universidades particulares porque não têm o Estado

e nem a Federação, vagas suficientes para nossos estudantes, para nossos jovens, a trinta e seis mil cruzeiros de anuidade, isso é possível, num Estado, cuja renda "per capita" vem caindo assustadoramente?

Tem o aparte o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Nós estamos de pleno acordo com Vossa Excelência, apenas o que nós queremos é que Vossa Excelência faça justiça, de reconhecer que esta não é uma situação exclusiva do Paraná, isso é em todo o País. Vossa Excelência pode verificar pelos exames vestibulares realizados em todas as cidades, onde se viam Faculdades e Universidades, em que o número de vestibulandos é muito superior ao número de vagas. E nós sabemos que efetivamente, há que se tomar uma providência, abrir oportunidade a todos, mas são fatos que devem ser consultados por etapas, são conquistas que se farão por etapas. Não se pode inculpar ou culpar o ex-Ministro da Educação, por um fato que é nacional, que não é exclusivo do Paraná. É só este enfoque que a bancada da ARENA dá para o problema. Nós compreendemos que existe a necessidade, Vossa Excelência está com a razão, em pleitear, em reivindicar, em pedir maior número de vagas, para as faculdades, de ensino gratuito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Deputado, veja bem, a extensão do problema e a responsabilidade do hoje Governador e ex-Ministro. Se a situação nacional é esta, e ele foi Ministro de Educação nos últimos cinco anos, a responsabilidade então, de uma grande liderança, é de conquistar para o setor que dirige, maior percentual orçamentário.

Quando em 1964, 63/64, nós tínhamos do Orçamento da União, cerca de 13,5% destinado à Educação, nós chegamos hoje, em 1979, depois da passagem do Ministro Ney Braga pelo Ministério, a 5,3%. Portanto, a extensão da responsabilidade vai além do Paraná, segundo as palavras de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) - (Faz soar os tímpanos)

O SR. ANTÔNIO FACCI — Estou sendo avisado pela Presidência, que está encerrado o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto a liderança do MDB...

Continua com a palavra o Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Vou concluir Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o quadro que já estava falando, e já darei o aparte. As matrículas gerais, de 1977, denunciam um elevado número, um crescimento, este sim, desordenado de estudantes em cursos particulares, pagos. Nós vemos diariamente, no rádio e na televisão, as chamadas para que nossos jovens voltem aos bancos escolares. Mas voltar como?

Vejam bem, ensino pré-escolar, em 1977, federal, nula a participação estadual, quatrocentas e trinta e três matrículas, aliás, primeiro grau. Segundo grau, cinco mil cento e treze matrículas. No ensino supletivo, que é onde se fala tanto, nula a participação federal, municipal, seis mil quatrocentas e doze matrículas no pré-escolar; no primeiro grau quinhentas e setenta e quatro mil seiscentas e oitenta e três matrículas e, no segundo grau, quatrocentas e seis matrículas apenas; no ensino supletivo, apenas no primeiro grau comparece o Estado com vinte e oito mil matrículas, o municipal apenas com duas mil, setecentas e vinte e seis matrículas.

Vejam o particular, no pré-escolar, que é a educação básica para que as nossas crianças possam um dia ter possibilidade de melhor formação do que nós todos tivemos, que não tivemos esta oportunidade, mas é no particular, custando cerca de setecentos cruzeiros por mês, que está aqui vinte e três mil, setecentas e vinte e seis matrículas, triplicando a participação municipal, estadual, nesta área. No primeiro grau, noventa mil, trezentas e quatorze matrículas, em 1977, no segundo grau, trinta e quatro mil, trezentas e noventa e cinco, isto no

ensino regular. No ensino supletivo, nós chegamos a 50% no primeiro grau, da participação no ensino supletivo do particular, dezessete mil, seiscentas e treze matrículas, e no segundo grau, nula a participação federal, nula a participação estadual, nula a participação municipal, quatorze mil, duzentas e sessenta e uma matrículas, no particular.

Portanto, a chamada para a volta à escola de nossa juventude, é uma farsa. O Deputado Nelson Buffara acabou de dizer isto na tribuna, e é uma verdade, estão aqui os números.

Apesar do quadro acima ser de 1977, não melhorou a situação para os nossos jovens, mas sim piorou sensivelmente. Prova evidente de que a campanha governamental, de incentivo a que a nossa população volte aos bancos escolares, melhorando seu nível intelectual, não passa de intenção. Se o jovem quer reingressar na escola, terá que destinar, apenas às anuidades escolares, cerca de um terço de seu salário, para o ensino de primeiro e segundo grau, sem falar no ensino superior, que chega a ultrapassar os níveis de salários percebidos por nossa gente.

Sem que considerações sejam feitas à pré-escola, onde é completamente nula a ação governamental.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda das diretrizes, no que respeita ao uso da terra, muitas considerações poderiam ser feitas, no entanto, vale lembrar aqui apenas as imensas áreas inundadas por construções de usinas hidrelétricas em nosso Estado. É evidente que as usinas são necessárias para atender nosso crescimento, mas para onde estão sendo deslocados os moradores das áreas inundadas?

O que vemos e ouvimos são apenas reclamos de nossa gente, deslocada de suas propriedades, sem que o mínimo de oportunidade se lhe ofereça, principalmente pela baixa remuneração oferecida pelos órgãos desapropriantes.

A erosão rural corroi nossos campos, a produção cafeeira atinge níveis assustadores, a produção das chamadas culturas intercalares, de grande importância, como arroz, feijão, milho, etc., estão totalmente desprotegidas em nosso Estado.

Importamos quase que inteiramente todos os produtos cítricos, necessários para o nosso consumo. Quando estes poderiam ser perfeitamente a cultura alternativa, para a sobrevivência de nossos pequenos proprietários.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, venho acompanhando, já desde o início o seu discurso, que Vossa Excelência faz com muito brilhantismo.

Agora Vossa Excelência tocou num assunto, que não poderia deixar de me ceder o aparte. É exatamente a indagação que Sua Excelência faz, quando pergunta:— para onde estão sendo deslocados os moradores das áreas inundadas e eu acrescento, e a serem inundadas?

É um grande ponto de interrogação, Sr. Deputado, que pesa não só na consciência dos agricultores, mas também de todos nós, de todos os paranaenses, que viram o Paraná crescer nas mãos desses heróis anônimos. Desses heróis anônimos, digo eu, pequenos agricultores, que são os maiores responsáveis pela produção do feijão, do milho, do arroz, e que de suas pequenas áreas, arrancam médias de produtividade muito maior do que os grandes latifúndios de todo o Paraná. E estes pequenos agricultores, serão os sacrificados. Para onde irão? É uma grande pergunta. Perde-los, significa, para o Paraná, um ponto de estagnação. Serão oito mil mãos de pequenos lavradores, que deixarão de contribuir para o progresso do Paraná; que deixarão, portanto, de plantar feijão, milho, arroz, fumo e tantos outros artigos de primeira necessidade, que nós estamos hoje a importar do exterior.

São cem mil alqueires de terras que deixarão de produzir. E tudo isso para que? Para que o Estado do Paraná, entregue talvez o seu último reduto, de força de energia elétrica, para

uma bi-nacional. E tudo isso, para gerar eletricidade; para quem? Para as multinacionais, para o Triângulo Mineiro, para as grandes indústrias. E nós, o Paraná, o que recebemos em troca? Perdemos, grande contingente de pequenos lavradores, artífices do nosso progresso. Perdemos grandes áreas de terra. Perdemos, inclusive aqueles que alimentavam o operário aqui do Paraná. O que recebemos em troca? Em contrapartida teremos que importar, tudo o que nos fará falta no amanhã. Além do grave problema, no tocante à situação social, que será agravado por essa migração dessas oito mil famílias que ficarão ali atiradas ao léo.

Portanto, se o Governo de Ney Braga, se coloca sob o prisma de querer fazer justiça social, terá lá um grande ponto de iniciação; terá um grande campo de experimentação, na nossa área ali da faixa de fronteira, principalmente os atingidos pela bi-nacional de Itaipu.

Tenho também a dizer, que já existem planos do Secretário da Agricultura, para salvar a situação dos pequenos; salvar uma situação que praticamente já está perdida. E o plano é de capitalizar o pequeno lavrador. Mas não se pode capitalizar o pequeno lavrador, para que ele possa continuar produzindo, se não lhe facilitar exatamente o que mais lhe falta, que é a terra. Tanto, que, vai aqui inclusive, uma sugestão: — Justiça social, só se fará no campo agrário do Paraná; e só se compensará às famílias dos agricultores que serão expulsos da área de Itaipu, através de uma reforma agrária, ou facilidade de crédito para que eles comprem terras.

Muito obrigado, a Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO FACCI — O aparte do Deputado Gernote

Kirinus foi esclarecedor e veio aduzir à nosso pronunciamento que não pretende ser e não pretendeu ser, uma análise profunda das diretrizes globais do atual governo, mas que prometemos que estaremos sempre nesta tribuna, a analisá-la.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Vossa Excelência já me havia pedido o aparte anteriormente e agora repete a solicitação, Deputado Waldyr Pugliesi, e tenho prazer em conceder-lhe.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Nobre Deputado Facci, estou acompanhando com grande atenção o seu pronunciamento. Da mesma maneira, em uma das reuniões passadas, com grande atenção também acompanhei o pronunciamento do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

E é do pronunciamento do nobre Deputado arenista que leio o seguinte: “Ney Braga está entre os que sonham com os pés no chão; os que conhecem a realidade e sabem como mudá-la”.

É uma afirmativa do nobre Deputado da ARENA, que o Senhor Ney Braga conhece a realidade, e tenho em mãos recortes de um dos jornais aqui do Paraná que diz o seguinte: “O Governador do Paraná, Ney Braga, não acredita que nestes quinze anos que se passaram, desde a revolução de março de 1964, tenham havido casos de torturas em presos políticos no Brasil. Ontem de manhã, no Centro Cívico, durante as comemorações do aniversário da revolução, quando os repórteres perguntaram ao Governador se as prisões sumárias e as torturas praticadas em nome da segurança nacional, podiam ser consideradas um erro do regime, ele foi taxativo: Eu não acredito nesses casos de torturas, pelo menos nunca tomei conhecimento de nada de concreto, principalmente no meu Estado, o Paraná, não houve torturas”. E o jornal ainda diz o seguinte: “Naturalmente o Governador não se lembrou que a própria justiça condenou o Estado a pagar indenização ao ex-Deputado Walter Pecoits, reconhecendo que ele foi torturado, tendo um olho vasado pela polícia, em 1964, aliás quando era Governador do Estado do Paraná o Sr. Ney Braga”.

E eu pergunto, nobre Deputado Facci, dando um enfoque diferente ao brilhante pronunciamento que Vossa Excelência faz aqui hoje, o enfoque político: aonde está a realidade do Sr. Ney Braga? Todos os dias nós vemos os maiores jornais do País, denunciarem casos de agressão aos direitos humanos do povo brasileiro. E ele que é um homem que conhece a realidade, nesta hora de abertura, nesta hora em que toda a Nação está clamando por anistia ampla, geral e irrestrita; em que toda a Nação, realmente, quer a conciliação, para fazer com que o povo brasileiro seja senhor de si mesmo, o Sr. Ney Braga, o grande detector da realidade brasileira, não sabe que homens neste País foram, estão sendo, e se continuar assim, serão torturados.

E eu pergunto, fica a pergunta: sonha o Sr. Ney Braga com os pés no chão, ou, pelo contrário, não quer ver as evidências por conveniência própria, para não se colocar em confronto com aqueles que são mais poderosos ainda do que ele. Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. PRESIDENTE —

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Gostaria de alertar Vossa Excelência que tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Deixo de conceder os apartes pela escassez do tempo. Mas, o aparte do Deputado Waldyr Pugliesi, deu realmente um enfoque novo e diferente ao nosso pronunciamento.

O Sr. Erondy Silvério — É vermelhinho. Esse é vermelhinho.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Não aceitamos a colocação do Deputado Erondy Silvério, e talvez, impensadamente fica a colocar, porque a responsabilidade dele, como Líder de Governo, não deve chegar a esse ponto em nosso entendimento.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permita-me, então, um aparte.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu procuro aí em meus pronunciamentos, fazer sempre...

O Sr. Waldyr Pugliesi — Pela ordem

O Sr. Erondy Silvério — Permita-me, Vossa Excelência, um aparte?

O SR. ANTÔNIO FACCI — Eu permitirei se o Presidente me der mais dois minutos.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. ANTÔNIO FACCI — ...mas vejam bem...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O seu horário já está esgotado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que as notas taquigráficas me fossem fornecidas após a reunião, porque nesta Casa, Sr. Presidente, estamos aqui para defender o povo e não para receber ofensas daqueles que, infelizmente, não estão preparados para serem líderes de uma bancada tão aguerrida e tão valorosa como a bancada da ARENA.

Não passa uma reunião, Sr. Presidente, sem que tenhamos que ouvir, como se fosse um novo identificador, aqui no Estado do Paraná, a dar conotações ideológicas a tudo aquilo que pronunciamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Solicito à Divisão de Taquigrafia que faça chegar às mãos do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi as notas taquigráficas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Há um velho provérbio que diz: "quem diz o que quer, ouve o que não quer".

Quem assaca inverdades, dentro desta Casa, quem acusa o atual Governador de ser torturador, violador dos direitos humanos, e só cita um caso ocorrido muito anteriormente à Revolução, também não merece o crédito desta Casa.

Quem defende a anistia a assaltantes de bancos, a criminosos, a assassinos covardes e traiçoeiros, é vermelho, é comunista.

Esta é a minha afirmativa, Sr. Presidente, e respondo pela gravidade do que estou falando agora aqui.

Os pronunciamentos do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, nesta Casa, investindo contra as Forças Armadas, contra a hora das Forças Armadas Brasileiras, é mau patriota, é comunista, é vermelho.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Suspendo a sessão até que volte à normalidade.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra, apenas por um minuto, ao Sr. Deputado Antônio Facci, para concluir seu pronunciamento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamento, profundamente, o ocorrido. Principalmente porque, ao ocupar a tribuna, todas as vezes que o faço, procuro fazer numa linha de crítica - é verdade -, de levantar os problemas, de fazer as sugestões para que a nossa vida, a vida do paranaense, siga um caminho melhor.

Evitei, em todo o momento, apartes que pudessem tumultuar o meu pronunciamento e a vida desta Casa. Mas, não posso, em momento algum, Sr. Presidente, Srs. Deputados, admitir que acusações inverídicas sejam feitas a companheiros nossos de bancada.

Mas eu concluo:

Os problemas que levantei são apenas alguns dos desafios que encontra o Sr. Ney Braga, em seu Governo. A Oposição estará não apenas vigilante na fiscalização de seus atos governamentais, na aplicação de seus recursos, mas, acima de tudo procurará, por todas as formas estar presente também na definição das metas que possam devolver, ao nosso povo, o desejo de aqui progredir, criar raízes e tradições tão carentes em nosso Estado.

Espero, ao concluir, Sr. Presidente, que, ao prosseguir a sessão e que, em outras vezes que vierem Deputados à tribuna, seja respeitada toda e qualquer opinião.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós pretendíamos, em apartes, participar do pronunciamento do Deputado Antônio Facci, porque entendemos que, os assuntos abordados pelo eminente Deputado, eram do...

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, se o orador, que tem a faculdade de permitir ou não apartes, não os concedeu, em virtude inclusive da exiguidade do horário, não pode, o Deputado, fazer o aparte, através do expediente da Questão de Ordem. Cabe à Mesa coibir isto! O Deputado pode responder o pronunciamento, inscrevendo-se em Explicações Pessoais, e, não, Pela Ordem, como reiteradamente tem sido feito nesta Casa.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Nilso Sguarezi, este Deputado pretende...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, encareço de Vossa Excelência, colocar ordem nesta Casa! Não é possível estar se fazendo debates paralelos, o que é impedido pelo Regimento Interno! Apelo ao bom senso democrático de Vossa Excelência!

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, para concluir:

A minha intenção era a de ficar em solidariedade com o pronunciamento do Deputado Antônio Facci. Isto não foi possível, tenho até anotados os itens, para colaborar com o pronunciamento, que entendo ser de grande profundidade para os interesses do Estado do Paraná.

Acontece que os Deputados do MDB, estes que na minha impressão estão tumultuando, estão transformando esta Casa...

O SR. NILSO SGUAREZI — (Questão de Ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência tem autoridade para cassar a palavra do Deputado...

(Tumulto)

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Questão de Ordem) Sr.

Presidente, requeiro sejam verificadas as notas taquigráficas, porque há, em nosso plenário, falta de decoro parlamentar. É preciso que a Mesa Executiva puna aqueles que assacam contra o decoro parlamentar. Que abertura é esta?

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está suspensa a sessão.

.....
Está reaberta a sessão. Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se vai fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O espaço da Arena, será usado pelo Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Assomo pela primeira vez, a tribuna desta Casa de Leis e do Povo - no sentido clássico do verbo assomar, que é o de começar a mostrar-se e aparecer - com a humildade natural de quem exerce seu primeiro mandato, e o entende como um batismo de fogo, um compromisso de honra na defesa dos interesses do Paraná, isto é, o compromisso do soldado, em dever com sua terra e sua gente.

Compromisso com o Paraná como um todo, de que somos aqui os legítimos representantes, sem prejuízo porém, das vinculações irrecusáveis à Região Oeste do Estado, e na esperança de corresponder, dentro do limite das minhas forças, à confiança generosa de seu povo. E, mais que isso, preocupado em não fraudar a expectativa do eleitorado que me distinguiu nas urnas, com seu voto, aquele voto direto e secreto que brota da consciência livre e responsável do cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos e civis.

Por tudo que isso representa, já era tempo e hora de trazer esta mensagem de agradecimento sincero a todos que, até por respeito à natureza secreta do voto, eu não poderia, pessoalmente, expressar minha gratidão aos que contribuíram para minha eleição, e para dizer a eles, perante meus ilustres companheiros da Assembléia Legislativa, tanto do Governo como da Oposição, que ingresso na vida parlamentar de coração aberto e espírito desarmado. E o faço, empenhado na construção social, em clima de convívio pacífico, entendendo a política como o exercício do poder de uma sociedade para realização de seu próprio destino.

Dentro desse conceito construtivo, permitam-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer à consideração esclarecida desta Casa, algumas idéias de um ideário programático que se consolidou durante a campanha eleitoral, creio em condições de responder aos desafios do momento paranaense, em perfeita sintonia com uma problemática nacional de palpitante atualidade.

Quero me referir ao crucial problema das disparidades regionais, setoriais e sociais, que estão na origem de muitos desequilíbrios estruturais entre as grandes regiões brasileiras, em particular, entre Estados e, dentro deles, entre suas diversas regiões, como causa e efeito, nem sempre devidamente consideradas na formulação de uma adequada política econômica para este País.

A política da desconcentração industrial está hoje na ordem do dia. Entretanto, ela poucas vezes tem estado associada, como deveria estar, a outros objetivos igualmente da maior magnitude, para corrigir desníveis e conflitos entre agricultura e indústria, entre cidade e campo, entre áreas metropolitanas e interiorização do desenvolvimento, entre fortalecimento do mercado interno e vocações agro-exportadoras, isso, para só mencionar os desequilíbrios mais flagrantes.

O Paraná, como se sabe, tem grande empenho na reali-

zação efetiva da política de desconcentração industrial, iniciada no Governo do eminente ex-Presidente Ernesto Geisel, definida na Resolução nº 14, do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Presidência da República.

E é compreensível esse empenho. Com uma economia ainda predominantemente agro-exportadora, sujeita às vulnerabilidades por sua própria natureza, de fenômenos climáticos imprevisíveis, bem como da instabilidade dos preços dos produtos primários no mercado internacional, o Paraná apresenta, no entanto, grandes vantagens locais comparativas para expansão de um sólido parque industrial.

Ele está situado no centro da região mais desenvolvida do País, a meio caminho entre os eixos Rio - São Paulo e Montevideu - Buenos Aires, que são os extremos mais populosos da América do Sul. Além disso, em termos de terminal marítimo, com o Porto de Paranaguá, como o maior graneleiro do País, oferece escoamento natural para Mato Grosso do Sul, norte de Santa Catarina e parte do próprio sul de São Paulo. É, por outro lado, "porto livre" do Paraguai, dentro do amplo contexto do sistema dos "corredores de exportação".

Ocorre porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os instrumentos federais para promover a desconcentração industrial, se reduzem aos incentivos fiscais, já considerados relativamente fracos para realizar os objetivos dessa desconcentração. Ultimamente, segundo a interpretação dos técnicos do Ministério da Indústria e Comércio, nos termos do que dispõe a Resolução nº 14, o Governo Federal apenas pode negar incentivos fiscais a determinado projeto que venha a se instalar em região muito saturada - no caso a grande São Paulo, já sem condições de oferecer infraestrutura básica, ou de evitar os danos sofridos pelo meio ambiente, não tendo, entretanto, poderes para impedir sua instalação, caso o empresário dispense os benefícios e vantagens daqueles incentivos.

Fica assim, claramente evidente, que os incentivos fiscais, por si mesmos, não bastam para sensibilizar o investidor a deixar a região mais indústrias ainda incipientes. Em outros termos, serão necessários estímulos mais concretos e convincentes, que o levem ao pioneirismo em novas áreas, de cujas vantagens tendem a duvidar, em regra, por desconhecimento de causa.

Há, portanto, que se conceber instrumentos mais imaginosos e eficazes, para que a desconcentração industrial se torne uma realidade efetiva, e não apenas uma teórica declaração de intenções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Paraná não está interessado na desconcentração industrial apenas pela vaidade de repetir e imitar São Paulo, de cuja história e economia tem sido vítima e herdeiro legítimo em termos de cafeicultura e de ocupação agrícola, ele chegou a superá-lo, repetindo o fenômeno paulista, inclusive com a valiosa contribuição dos próprios paulistas".

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DAVID CHERIEGATE — Eu gostaria de solicitar ao nobre Deputado, que fizesse o aparte no final de minha oração, porque infelizmente, o tempo que me é reservado não dará condições de eu terminar este meu pronunciamento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Cabe a Vossa Excelência deliberar se dá ou não.

O SR. DAVID CHERIEGATE — No final da minha oratória, concederei o seu aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Muito obrigado. Aguardarei atentamente.

O SR. DAVID CHERIEGATE — (Continua lendo): "O que ele não pode, é continuar a ser a pura extensão agrícola do poderio industrial de seu irmão mais velho.

Precisa de indústrias para corrigir o anômalo desequilíbrio de sua economia, predominantemente agrícola, para tirar maior proveito de seu diversificado elenco de insumos agrícolas, vendidos "in natura", com perdas brutais, para conter a erosão de sua elevada renda interna, no desigual intercâmbio entre produtos primários e manufaturados.

Tem não só o direito, como o dever de lutar por uma industrialização consentânea, pelo porte de sua contribuição à economia do País.

Contribuição que não é somente feita em termos de tonelagem agrícola, para abastecimento do mercado interno e para as exportações, mas também em renúncia de seu mais precioso natural - que é a água - para mover gigantescas centrais hidrelétricas em favor da Região Sudoeste e da Região Sul, da qual faz parte.

Quase todo o potencial hidráulico do Paranapanema já foi explorado pelo Estado vizinho e irmão de São Paulo. Igualmente o Iguaçu e o Paraná estão em exploração por empresas federais e até binacionais, como é o caso da gigantesca Usina de Itaipu, para atender interesses do crescimento do País e da própria Bacia do Prata. Enquanto isso, o Paraná, em termos de industrialização com base na hidreletricidade, é como um pássaro ferido, que morre de sede com o bico na água.

Meus Senhores. Não trazemos nenhuma novidade, pois outros já o fizeram ao pleitear aqui medidas compensatórias, a exemplo do que a Petrobrás proporcionou ao Estado da Bahia, pelo uso externo de nossos recursos naturais, no caso a hidreletricidade, que vai servir para o desenvolvimento de outras áreas, enquanto aqui assistimos a perda de imensas extensões de solos férteis e até de um de seus maiores atrativos turísticos, de renome internacional, os Saltos de Sete Quedas (ou Guaíra).

Medidas compensatórias, sob a forma de estímulos e ajuda especial para a industrialização do Estado, com interiorização do parque industrial em suas diversas regiões-polos, que faz deste Estado um dos mais bem distribuídos em termos espaciais de sua população.

Uma desconcentração interiorizada, até para evitar que Curitiba, como capital moderna, humana e bela, não se deforme como outras metrópoles, já quase inabitáveis pelos excessos da concentração de indústrias, muitas delas altamente poluidoras. Mesmo aqui, as populações periféricas da Capital, já sofrem esses prejuízos como a imprensa com frequência tem veiculado.

O que queremos é uma desconcentração multipolarizada, que beneficie centros como Ponta Grossa, Londrina, Maringá e, notadamente, o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, já apontado como uma área mais bem dotada de nosso Estado.

Cascavel está no vértice do ângulo formado pelos rios Paraná e Iguaçu - em cuja foz se ergue o marco das fronteiras de três países - e onde hoje se realiza um conjunto de investimento em hidreletricidade sem similar no País e no mundo. Cascavel forma, com Foz do Iguaçu, o eixo de um polo regional da maior importância como fronteira integracionista com dois países do Cone Sul do Continente, reunindo condições locais comparativas excepcionais para industrialização intensa, inclusive para absorver amanhã o numeroso potencial de mão de obra, que ficará disponível e ocioso com o término das obras das usinas ora em construção.

Mas não é só isso, meus Srs. Na região está prevista a construção da ferrovia da soja, cuja tonelagem representa ali cerca de setenta por cento da produção paranaense. Nela, está situada a grande organização cooperativista, a Contriguaçu, que já cogita do beneficiamento do produto em área do Distrito Industrial, já definido pela Prefeitura de Cascavel.

Com uma área de 75 alqueires, 45 já desapropriados pela Prefeitura junto às BRs 277 - Paranaguá, e 369, que demanda Campo Mourão e o Norte do Estado, esse distrito está sendo da necessária infraestrutura para implantação de novas indústrias.

Por sua alta posição estratégica, Cascavel é, como se sabe, sede do 8º Grupamento de Fronteira do Exército Nacional. Dispõe de aeroporto para aeronaves de médio porte, em vias de adaptação para grandes aeronaves.

Conta, além disso, com uma Faculdade com cinco cursos: Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Letras e Enfermagem, estando já aprovados pelo Governo Federal mais dois novos, o de odontologia e engenharia agrícola, como núcleo da futura Universidade do Oeste, em projeto. Dispõe também de um hospital regional, com 300 leitos iniciais, em fase de construção, para o atendimento da região e terá, logo mais, segundo projeto do novo Secretário da Justiça, Dr. Octávio Cesário, uma Penitenciária Agrícola. Nós mesmos, como representantes de Cascavel nesta Casa, estamos pleiteando uma Escola Técnica estadual, de caráter industrial e agrícola, para adiestramento da população jovem, que hoje, em parte, já vai deixando o campo por falta de maiores oportunidades de qualificação profissional.

Todo esse conjunto de recursos, indica Cascavel como um excepcional polo para o desenvolvimento industrial, até mesmo como apoio para o desenvolvimento agropecuário e a expansão de uma agro-indústria local, passo intermediário de uma industrialização mais sólida.

Não poderíamos neste primeiro pronunciamento, focalizar em maiores detalhes, todos os aspectos do tema aqui tratado reservando-nos por isso mesmo, para voltar ao assunto em outras oportunidades, para inclusive focalizar outros problemas ligados à região como fizeram, ou farão meus colegas desta Assembléia, como a grande voz do Paraná, e em especial do Interior.

Por ora, creio encontrar receptividade para este meu pronunciamento que, acredito, corresponde ao pensamento e ao sentimento dos que aqui representam o Paraná e seu povo".

Muito obrigado a todos.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Vossa Excelência insiste em não dar o aparte...

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Vossa Excelência permite o aparte?

O SR. DAVID CHERIEGATE - De maneira nenhuma, desde que o Presidente dê condições.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Mas Vossa Excelência parece que não atende o espírito democrático desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrado o Horário do Expediente.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Muito obrigado.

O Sr. Fidelcino Tolentino - Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando informações do processo que tem por objetivo elevar o Distrito de Cafelândia D'Oeste, situado em Cascavel, à condição de município. - Ao Departamento Legislativo, para informar.

Proposição de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com o apoioamento constitucional de 1/3 de assinaturas dos Srs. Deputados. - Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para distribuição aos Srs. Deputados.

Proposição de Emenda à Constituição Estadual, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni,

com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para distribuição aos Srs. Deputados.

Proposição de Emenda à Constituição Estadual, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para distribuição aos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, com o apoio do Sr. Deputado Quielso Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 127/78, que declara de utilidade pública, a “Sociedade da Congregação do Sagrado Coração do Verbo Encarnado”, com sede e foro na cidade de Cambará. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 127/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a SOCIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO, com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 01/79, que determina, através de despacho da Presidência, o arquivamento de proposições, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência desta Assembléia Legislativa, as Proposições apresentadas até o ano de 1976, inclusive, cuja tramitação não tenha ainda atingido a fase de votação.

§ 1.º — O autor da Proposição, ou na sua falta, o líder da bancada, poderá solicitar, mediante requerimento escrito à Mesa, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da Proposição que pretenda manter.

§ 2.º — As Proposições referidas neste artigo, enquanto não se esgotar o prazo previsto no parágrafo anterior, terão suas tramitações suspensas junto ao Departamento Legislativo.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 02/79, que

aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1976. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — Fica aprovada a prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1976.

Sala das Comissões, em 04 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 03/79, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1977. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — Fica aprovada a prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1977.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Renato Bernardi, Relator

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 147/78, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PRADO FERREIRA”, com sede e foro na cidade de Prado Ferreira, Município de Mirassol. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 187/78, de autoria do ex-Deputado ACCIOLY NETO, que declara de utilidade pública o “LAR INFANTIL ANDRÉ LUIZ”, com sede e foro na cidade de Rolândia. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 188/78, de autoria do ex-Deputado MUGGIATI FILHO, que declara de utilidade pública o “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS S.O.S. DE ARA-PONGAS”, com sede e foro no Município de Arapongas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 02/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DA LUZ”, FUNDALUZ, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 151/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA ESPERANÇA - APAE”, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 151/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança - APAE”, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1979.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e da filantropia à comunidade de Nova Esperança, granjeando-lhe o reconhecimento municipal através da Lei n.º 1.534 de 08/11/77, cujo teor segue anexo.

A documentação que apresentamos, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor no Estado.

Com isso esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 151/78

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o presente Projeto de Lei n.º 151/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança - APAE”, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Waldenício Barbalho - Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 19/79, que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura, Código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos cargos integrantes das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Pareceres favoráveis da C.C.J., por maioria e da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 12/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura - TC-1.500, deixa de pertencer à sistemática constante da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, passando a ser regido na forma prevista nesta lei.

Art. 2.º — A estrutura das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei, incluídos os cargos das Autarquias, fica assim estabelecida:

| CARREIRA | CLASSE | Nº DE CARGOS |
|--------------------|--------|--------------|
| Engenheiro Civil | 1.ª | 15 |
| Engenheiro Civil | 2.ª | 22 |
| Engenheiro Civil | 3.ª | 30 |
| Engenheiro Civil | 4.ª | 39 |
| Engenheiro Civil | 5.ª | 47 |
| Engenheiro Químico | 1.ª | 3 |
| Engenheiro Químico | 2.ª | 4 |

| | | |
|--------------------|-----|---|
| Engenheiro Químico | 3.ª | 6 |
| Engenheiro Químico | 4.ª | 7 |
| Engenheiro Químico | 5.ª | 9 |

| | | |
|----------------------|-----|---|
| Engenheiro Florestal | 1.ª | 1 |
| Engenheiro Florestal | 2.ª | 1 |
| Engenheiro Florestal | 3.ª | 1 |
| Engenheiro Florestal | 4.ª | 1 |
| Engenheiro Florestal | 5.ª | 1 |

| | | |
|---------------------|-----|---|
| Engenheiro Mecânico | 1.ª | 1 |
| Engenheiro Mecânico | 2.ª | 1 |
| Engenheiro Mecânico | 3.ª | 1 |
| Engenheiro Mecânico | 4.ª | 1 |
| Engenheiro Mecânico | 5.ª | 1 |

| | | |
|------------------------|-----|---|
| Engenheiro Eletricista | 1.ª | 1 |
| Engenheiro Eletricista | 2.ª | 1 |
| Engenheiro Eletricista | 3.ª | 1 |
| Engenheiro Eletricista | 4.ª | 1 |
| Engenheiro Eletricista | 5.ª | 1 |

| | | |
|-----------|-----|---|
| Arquiteto | 1.ª | 1 |
| Arquiteto | 2.ª | 1 |
| Arquiteto | 3.ª | 1 |
| Arquiteto | 4.ª | 1 |
| Arquiteto | 5.ª | 1 |

| | | |
|---------------------|-----|----|
| Engenheiro Agrônomo | 1.ª | 6 |
| Engenheiro Agrônomo | 2.ª | 9 |
| Engenheiro Agrônomo | 3.ª | 12 |
| Engenheiro Agrônomo | 4.ª | 14 |
| Engenheiro Agrônomo | 5.ª | 18 |

Art. 3.º — Os ocupantes de cargos das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura ficam sujeitos a uma jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, em dois turnos diários.

Parágrafo único — Os funcionários enquadrados nos termos desta lei ficam impedidos da percepção das gratificações de que tratam os incisos II, III, VIII e X, do artigo 172, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, sendo-lhes, igualmente, proibido o exercício de qualquer atividade de natureza particular.

Art. 4.º — Ficam fixados em Cr\$ 28.392,00, em Cr\$ 25.552,00, em Cr\$ 22.996,00, em Cr\$ 20.696,00, em Cr\$ 18.396,00, os vencimentos respectivamente, das 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª classes das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei.

Art. 5.º — Os ocupantes efetivos de níveis 25 e 26 das carreiras transformadas na forma do artigo 2.º da presente lei, ficam enquadrados na 5.ª classe e os do nível 27 enquadrados na 4.ª classe.

Art. 6.º — No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo de opção previsto no art. seguinte, o Poder Executivo, na conformidade do disposto no art. 41, da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, baixará decreto redistribuindo os integrantes das carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, nas vagas previstas, pelo critério de antiguidade e merecimento, e aplicando, posteriormente a esta medida de caráter especial, o instituto de promoção nos precisos termos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 7.º — Os ocupantes de cargos das carreiras atingidas por esta lei, poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado dos Recursos Humanos, optar pelo ingresso na nova estrutura, por decreto de enquadramento, sujeitando-se aos impedimentos e jornada de trabalho estabelecidos.

Parágrafo único — Os que não optarem, permanecerão na

situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro Único do Pessoal Civil do Estado.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 12/79

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 19/79, o presente projeto de lei objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura".

Ao curso do ano passado foi enviado a esta Casa, pelo Chefe do Poder Executivo de então, a Mensagem n.º 148/78, a qual, converteu-se no Projeto de Lei n.º 198/78, e, durante a sua tramitação, acolheu diversas emendas.

Enviada a Proposição ao Poder Executivo, o Senhor Governador, através do ofício n.º 15/79, vetou-a na íntegra, por inconstitucionalidade, enfocando preceito da Lei Maior do Estado, vedando a apresentação de emendas que concorram para o aumento das despesas previstas, nos projetos oriundos da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, entendendo, ainda, que o texto do projeto original foi sensivelmente atingido.

Todavia, prontamente procedeu o restabelecimento da propositura com a remessa do expediente que resultou no Projeto de Lei n.º 12/79.

Examinando o texto, sob o enfoque constitucional, o nosso entendimento é de que se encontra em consonância com o que ali é estatuído, bem como, com os demais dispositivos legais, cujos aspectos cumpre a esta Comissão apreciar.

Isto posto, o nosso parecer é favorável ao seu acolhimento, recomendando a sua aprovação.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho - Presidente

João Elísio - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Voto em Separado ao

Parecer do Projeto de Lei n.º 12/79

O parecer emitido pelo nobre Deputado João Elísio, apreciou o aspecto constitucional do projeto de lei, que objetiva estabelecer nova sistemática para o grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura" e fixa vencimento, conforme especifica e dá outras providências, opinando favoravelmente. Parecer este, com o qual acordamos visto que esta Comissão de Constituição e Justiça está afeto apenas, o seu exame legal e constitucional. Entretanto, queremos, numa análise mais detalhada sobre a matéria e em relação a episódios que determinaram o veto ao Projeto de Lei n.º 198/78, apreciado na legislatura passada, que versava sobre idêntica matéria, demonstrar que certas distorções agora corrigidas no atual projeto de lei, deveu-se exclusivamente, através da interveniência entre a classe dos Engenheiros e Arquitetos e os integrantes deste Poder Legislativo, demonstrando, especificamente no caso dos Engenheiros Agrônomos que a audiência do Poder Legislativo não pode ser deixada em condições de segundo plano, visto que é por seu intermédio que os anseios das partes interessadas se fazem ouvir sem quaisquer restrições ou reservas. No projeto de lei apreciado na Legislatura passada, uma das razões alegadas pelo chefe do Poder Executivo para o veto foi o da inconstitucionalidade.

Oportuno esclarecer que as emendas inquinadas de inconstitucionais foram apresentadas por ilustres Deputados da ARENA e tiveram, com excessão de uma (do nobre Deputado Accioly Neto) parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Desconhecimento da Lei? Vontade de demagogicamente

agradar parcela de uma classe profissional? Não cremos. Somos levados, isto sim, a vislumbrar em tais manifestações, o desejo de um Legislativo forte, sem as peias de uma Constituição imposta.

Como no caso dos Engenheiros Agrônomos, para o qual o legislativo encontrou uma solução, também a este Poder deveria ser possibilitada a busca de uma medida que fizesse justiça aos inativos de serviço público, pois no caso específico do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura teremos para os aposentados antes da vigência da lei que ora examinamos, vencimentos entre Cr\$ 9.000,00 a Cr\$ 11.000,00, enquanto que para os que venham a se aposentar após a vigência desta, os vencimentos alcançarão até Cr\$ 62.000,00.

E que dizer dos servidores de níveis iniciais. E do professor. E do motorista. Enfim de todos os funcionários.

Aliás, já no veto parcial que após ao Projeto de Lei n.º 177/77 que reestruturou o quadro de pessoal da Procuradoria Geral do Estado, o então Chefe do Executivo, assim se manifestou:

"O art. 44 e seu parágrafo único foram vetados tendo em vista o entendimento de que o reajustamento de proventos de inativos deve obedecer normas de ordem geral e não a procedimentos isolados como seria o caso se tais dispositivos fossem acolhidos".

Estranha-se que, ao mesmo tempo que reconhece a existência do problema, afirme o Executivo, a necessidade se "obedecer normas de ordem geral" ele que por mais de uma vez se utilizou do expediente de incluir casos particulares em Projetos de Leis de natureza geral, como o fez quando inseriu, para pagamento de dívida política (Operação Pente Fino denunciada por este Deputado em 24/12/78) o enquadramento de menos de uma centena de funcionários da Secretaria de Educação no Estatuto do Magistério, na Mensagem de aumento dos funcionários públicos.

Esperamos, pois, que o atual Governador, seja sensível e envie a esta Casa, projeto de lei que faça justiça a todos os servidores que hoje se encontram na inatividade.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(a) Deni Schwartz

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 12/79

O presente projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 19/79, visa estabelecer nova sistemática para o "Grupo de Engenharia e Arquitetura", código TC-1.500, fixando novos vencimentos aos integrantes das várias carreiras que compõe o referido Grupo Ocupacional.

Analizando o aspecto legal e constitucional da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça houve por bem opinar favoravelmente.

Chamada a opinar sobre o aspecto financeiro, esta Comissão entende não existir qualquer particularidade que possa impedir sua tramitação normal. Nestas condições nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1979.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima - Presidente

Quielse Crisóstomo - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 12/79

O projeto em exame trata das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, cuja estrutura estabelece.

Tratando-se de Mensagem Governamental a matéria terá, certamente, merecido estudo minucioso do órgão competente do Poder Executivo, a Secretaria de Recursos Humanos, o que comprovamos na apreciação a que submetemos o projeto

nesta Comissão.

Por não havermos encontrado na proposição em exame nada que recomende o contrário, damos-lhes nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1979.

(a) Wilson Fortes - Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35/79, que objetiva a criação de seis (6) cargos de DESEMBARGADOR no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 20/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados seis (6) cargos de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado.

Parágrafo único — Os ocupantes dos cargos ora criados integrarão as Câmaras Especiais a que alude o artigo 12 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (Resolução Normativa n.º 1, de 11 de dezembro de 1975, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Art. 2.º — Ficam extintos doze (12) cargos de Juiz de Direito Substituto de Segunda Instância e as respectivas funções no Tribunal de Justiça.

Art. 3.º — As despesas decorrentes desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 20/79

O presente plano de lei trata da criação de seis (06) cargos de Desembargador no egrégio Tribunal de Justiça do Estado, bem como, sobre a extinção de doze (12) cargos de Juiz de Direito Substituto de 2.ª Instância.

Dispõe o art. 94 de nossa Constituição Estadual:

“Art. 94 — O Tribunal da Justiça, com sede na capital e jurisdição em todo o território estadual, compõem-se de vinte desembargadores, cujo número, mediante proposta do Tribunal, poderá ser alterado por lei.”

A respeito da mesma matéria, estabelece ainda nossa Carta:

“Art. 98 — Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

I —

II —

II — propor a alteração do número de seus membros ou dos membros dos Tribunais inferiores de segunda instância;

... ..”

Trata-se, pois, de iniciativa legítima e constitucional deferida ao Tribunal de Justiça do Estado, a alteração do número de seus membros, proposta através de anteprojeto de lei, com irrefutável justificativa, encaminhado através do ofício n.º 373/79 GP, da Presidência do Poder Judiciário ao Chefe do Poder Executivo, que acompanha a Mensagem n.º 35/79 ora em apreciação.

Quanto à necessidade e oportunidade da medida ora submetida à apreciação desta Casa de Leis, ninguém mais capacitado para dizer do que o próprio Tribunal de Justiça do Estado.

Encontrando total amparo nos dispositivos constitucionais vigentes, opinamos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho - Presidente

Airton Cordeiro - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 20/79

Partindo de proposição emanada do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, o presente projeto de lei, encaminhado a esta Casa através da Mensagem Governamental n.º 35/79, visa, em seu artigo primeiro, alterar o número de Desembargadores que compõem aquela Magna Corte de Justiça, de 20 para 26 membros, mediante a criação de seus (06) novos cargos.

Por outro lado, em seu artigo segundo, extingue doze (12) cargos de Juiz de Direito Substituto de 2.ª Instância.

Após analisar o seu aspecto legal, a douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se favoravelmente à sua aprovação.

Chamada a opinar sob o aspecto financeiro, esta Comissão entende inexistir qualquer obstáculo de ordem orçamentária, tendo em vista que este plano de lei, ao mesmo tempo em que cria apenas seis (06) cargos de Desembargador, extingue outros doze (12), de vencimentos equivalentes, segundo a justificativa que acompanhou o anteprojeto, fator resultante até mesmo de diminuição de despesas.

Nestas condições, somos de opinião de que o PROJETO DE LEI N.º 20/79 deve ser APROVADO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Aguinaldo Pereira Lima - Presidente

Gabriel Manoel - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 20/79

Remetido a esta Casa através da Mensagem Governamental n.º 35/79, em atenção ao Ofício n.º 373/79, datado de 22 de março do corrente ano, da lavra da Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, o presente projeto de lei tem por objetivo a criação de seis (06) cargos de Desembargador, bem como a extinção de doze (12) de Juiz de Direito Substituto de 2.ª Instância.

Essa medida está perfeitamente esclarecida na justificativa que acompanha o presente plano de lei, pois, decorre de adaptação às novas normas ditadas pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar Federal n.º 35, de 14/03/79), que deverá entrar em vigor já no dia 14 do próximo mês.

Opinando sobre os aspectos de ordem legal e financeiro, o projeto obteve parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Tendo em vista o alto significado para o nosso Estado, a urgente mudança na alteração do número dos membros que compõem a mais Alta Corte de Justiça do Paraná, a fim de que não haja, futuramente, sobrecarga e, conseqüentemente, emperamento nos trabalhos judiciais que se desenvolvem no egrégio Tribunal de Justiça, dada a obrigatória extinção dos cargos de Juiz Substituto de 2.ª Instância, opinamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 20/79.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Wilson Fortes - Presidente

Jurandir Messias - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/79, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção das Gratificações “PRO LABORE” atribuídas aos Membros do CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, DAS COMISSÕES PERMANENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO TRIBUNAL DE ALÇADA e de DIRETORES DO FORUM, previstas na Legislação específica, e dá outras providências. Com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J. e da C.F.. Pareceres favoráveis da C.C.J. na forma do Substitutivo, da C.F. e C.R.H., na forma do Substitutivo da C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 21/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam extintas as gratificações “pro labore” atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, e a de Diretores de Fórum previstas nas Leis n.ºs 5.809, de 15-7-68 e 6.137, de 31-7-70, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 6.767, de 30-12-75.

Art. 2.º — Fica vedada a percepção da gratificação de produtividade concedida aos magistrados pelo art. 1.º, da Lei n.º 6.569, de 25-6-74.

Art. 3.º — Os Desembargadores e os Juizes do Tribunal de Alçada perceberão, a título de representação, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os seus vencimentos; os Juizes de Direito e os Juizes Adjuntos perceberão 15% (quinze por cento) sobre os seus vencimentos.

Parágrafo 1.º — Ficam asseguradas, aos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada e ao Corregedor Geral da Justiça, quando no exercício de seus cargos, as vantagens previstas pelo art. 105 e parágrafo 1.º do Código de Organização e Divisão Judiciárias (Resolução Normativa n.º 1/75, de 11 de dezembro de 1975, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Parágrafo 2.º — A verba de representação, salvo quando concedida em razão do exercício de cargo em função temporária, integra os vencimentos para todos os efeitos legais.

Art. 4.º — As despesas decorrentes desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 21/79

PARECER

O presente projeto de lei dispõe sobre a extinção de gratificações à Magistratura do Estado, bem como, em substituição, institui a percepção, a título de representação, dos percentuais que especifica.

A necessidade, oportunidade e alto significado da medida ora submetida a esta Casa de Leis, vem expressa no Ofício n.º 372/79-GP, da lavra do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, que acompanha a Mensagem n.º 36/79.

A iniciativa, portanto, é legítima, e não contraria qualquer princípio de ordem legal ou constitucional. Como já é do conhecimento público, o Diário Oficial da União, do dia 14 de março do corrente ano, publicou a Lei Complementar Federal n.º 35, daquela mesma data, dispondo sobre a Lei Orgânica da Magistratura.

As providências tomadas pela cúpula do nosso Poder Judiciário, através de Mensagem encaminhada a esta Casa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, tem por objetivo simplesmente manter os atuais padrões de vencimentos da Magistratura do Estado do Paraná, após entrar em vigor, em 14 de maio deste ano, a Lei Complementar Federal n.º 35, acima mencionada.

Todavia, ao verificarmos, em confronto, o texto da Lei Orgânica da Magistratura e o do ante-projeto ora em apreciação, sentimos a necessidade de serem procedidos pequenos reajustes em sua redação original.

Assim sendo, apresentamos o presente Substitutivo Geral, apenas com intuito de adequar os seguintes dispositivos:

1.º) — No artigo 2.º, fazendo com que se leia “art. 1.º, da Lei n.º 6.569, de 25-6-74”, ao invés de art. 3.º, da Lei n.º 6.569, de 25-6-74”.

2.º) — Acrescentando ao artigo 3.º, as expressões “... em substituição às gratificações extintas nos artigos anteriores”, a fim de que o objetivo deste projeto de lei seja perfeitamente adequado ao disposto no art. 145 e seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 35, vez que, segundo se depreende da justificativa apresentada, “o benefício da representação não leva o condão de levar aumento aos magistrados, mas sim, restaurar o ora reinante equilíbrio dos mesmos, quando passar a vigor aquela Lei Federal”, não havendo razão, portanto, para que continuem a existir sob a forma de vantagem adicional, as vantagens extintas, já absorvidas nesse reajustamento concedido a título de representação.

3.º) — Finalmente, substituindo a redação do art. 5.º pelo seguinte texto “Esta lei entrará em vigor no dia 14 de maio de 1979, revogadas as disposições em contrário”, pelo fato da impossibilidade técnico-legislativa e constitucional, de adequação das normas estaduais vigentes ao disposto na Lei Complementar Federal n.º 35, antes da vigência desta, prevista somente para o dia 14 de maio do corrente ano, conforme se depreende do seu art. 146.

Diante do exposto, opinamos pela APROVAÇÃO DO PROJETO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL em anexo, apresentado por esta douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(a) Gilberto Carvalho - Presidente; Airton Cordeiro - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 21/79

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1.º — Ficam extintas as gratificações “pro labore” atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, e a de Diretores de FÓRUM, previstas nas Leis n.ºs 5.809, de 15-7-68 e 6.137, de 31-7-70, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 6.767, de 30-12-75.

Art. 2.º — Fica vedada a percepção da gratificação de produtividade concedida aos magistrados pelo art. 1.º, da Lei n.º 6.569, de 25-6-74.

Art. 3.º — Os Desembargadores e Juizes do Tribunal de Alçada perceberão, a título de representação, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os seus vencimentos; os Juizes de Direito e os Juizes Adjuntos perceberão 15% (quinze por cento) sobre os seus vencimentos, em substituição às gratificações extintas nos artigos anteriores.

§ 1.º — Ficam asseguradas, aos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada e ao Corregedor Geral da Justiça, quando no exercício de seus cargos, as vantagens previstas pelo art. 105 e parágrafo 1.º do Código de Organização e Divisão Judiciária, Resolução Normativa n.º 1/75, de 11 de dezembro de 1975, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

§ 2.º — A verba de representação, salvo quando concedida em razão do exercício de cargo em função temporária, integra os vencimentos para todos os efeitos legais.

Art. 4.º — As despesas decorrentes desta lei correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor no dia 14 de maio de 1979, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 21/79

PARECER

Visa o presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo a extinção das gratificações “pro labore”, atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e

de Diretores do Fórum previstas na legislação que especifica e dá outras providências.

Sob o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que os recursos que atenderão as despesas decorrentes estão previstas no Orçamento Geral do Estado, não havendo qualquer óbice que possa impedir sua tramitação e conseqüente aprovação.

Com isso, nosso parecer é FAVORÁVEL, na forma do Substitutivo Geral que encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1979.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima - Presidente;

Gabriel Manoel - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 21/79

Art. 1.º — As gratificações "pro labore" atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, e a de Diretores de Fórum previstas nas Leis n.º 5809, de 15/07/68 e 6.137, de 31/07/70, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 6.767, de 30/12/75, e a gratificação de produtividade de que cuida o Art. 1.º, da Lei n.º 6.569, de 25/06/74, ficam transformadas, em favor dos atuais Magistrados, em verba de representação, não podendo, dessa transformação, decorrer qualquer prejuízo ou benefício aos Magistrados, nem aumento da despesa pública.

Art. 2.º — Ficam asseguradas, aos Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Alçada e ao Corregedor Geral da Justiça, quando no exercício de seus cargos, as vantagens previstas pelo Art. 105 e parágrafo 1.º do Código de Organização e Divisão Judiciárias (Resolução Normativa n.º 1/75, de 11 de dezembro de 1975, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Art. 3.º — A presente lei deverá ser regulamentada por ato do Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da sua publicação, devendo produzir efeitos a partir de 13 de maio de 1979, observados os princípios contidos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Aguinaldo Pereira Lima - Presidente;

Gabriel Manoel - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI N.º 21/79

P A R E C E R

Mensagem do Senhor Governador do Estado, transformada no presente projeto de lei, encaminha matéria que dispõe sobre a extinção das gratificações "pro labore" atribuídas aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, das Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e de Diretores do Fórum.

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, examinaram exaustivamente o conteúdo do projeto culminando, esta última, por oferecer substitutivo geral, o qual deve merecer a inteira aprovação desta Comissão.

É o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em

(aa) Wilson Fortes - Presidente e Relator.

Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Vossa Excelência está colocando o Projeto de Lei n.º 21/79, em votação?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sim, o Projeto de Lei n.º 21/79.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência está

colocando em votação o projeto e os Substitutivos?

Estou indagando para poder deliberar, porque existem aqui, substitutivos conflitantes.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Os substitutivos só serão objeto de apreciação em 2.ª discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas, estamos votando o problema da constitucionalidade. Neste primeiro turno discute-se o problema da constitucionalidade. E como se trata de um problema constitucional, razão porque está em discussão essa matéria, eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O projeto está sendo votado em globo.

Em votação. — Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 447/78, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 05/78, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que autoriza o Poder Executivo isentar de contribuições previdenciárias, os servidores públicos civis, militares e autárquicos, sem prejuízo dos benefícios previdenciários e assistenciais previstos na legislação, e dá outras providências. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer como estão. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação, já que se trata de veto e a votação é feita de forma contrária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Embora o nobre Deputado use de um recurso regimental, perfeitamente cabível, Vossa Excelência há de fazer sentir à Casa que a forma de votação que foi feita é a correta, é a regimental. Não pode ser em sentido inverso. É exatamente como a Mesa colocou em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Questão de Ordem baseada no Artigo 97, do Regimento Interno.

Os vetos, evidentemente, quando apreciados, têm a votação diferente da normal.

Por essa razão, como não percebi a deliberação do Plenário, favorável ou contrária, porque houve uma certa dificuldade, eu requeiro a Vossa Excelência para fazer, novamente, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Deferido.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Continuo não percebendo, Sr. Presidente. Vossa Excelência coloca o veto, ou o projeto, em votação?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão, ou melhor:

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam o projeto.

26 Srs. Deputados rejeitam o projeto.

Rejeitado o projeto, Mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 02/79, Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei n.º 177/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 131/77, que dispõe sobre nova estrutura e Quadro Especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Há sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando o adiamento da discussão e votação da Proposição n.º 02/79, e, que a mesma volte à Ordem do Dia de 05 do corrente. O adiamento será por uma sessão.

Em votação o requerimento.— Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, apenas, peço a palavra, para que Vossa Excelência me informe qual o prazo fatal para a apreciação desse veto. Porque há um prazo constitucional que tem a Assembléia, para que aprecie o veto. Gostaria que Vossa Excelência me informasse qual o último dia que a Assembléia teria, de condições, para apreciar o veto.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — O prazo é de até o dia 14 de abril de 1979.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cidadão pontagrossense Senhor Manoel Miranda Martins, ocorrido em Ponta Grossa.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

No mesmo sentido, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Tuguio Setogutte e Fuad Nacli, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa

Excelência que, por deferência dos nobres Deputados que subscreveram o requerimento, que, a Casa considere este requerimento, como requerimento da bancada da ARENA, por se tratar de genitor de um integrante da bancada da ARENA nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Questão de ordem) — Senhor Presidente, uma questão de ordem. A bancada do MDB faz extensivos também os votos de pesar ao ilustre parlamentar, representante de Ponta Grossa, Deputado Cyro Martins.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação ambos os requerimentos. Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 97.º aniversário de fundação da Sociedade Thalia. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Doutor José Bittencourt de Paula, Vice-Reitor da Universidade do Paraná.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dorvalino Prates.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente líderes da ARENA e MDB, solicitando sejam suspensas as sessões dos dias 11 e 12 de abril, a fim de que nestes dias sejam realizadas as reuniões das comissões.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo abertura de crédito especial à avicultura paranaense para a compra de milho.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que sejam efetuados estudos para a implantação de medidas de proteção à música, teatro e cinema brasileiros.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade Thalia pela passagem do seu 97.º aniversário de fundação.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso,

constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Federação de Futebol, sugerindo convênio com o órgão INPS, visando a colocação de ambulâncias nos estádios de futebol.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Dora Reghim, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, no sentido de que sejam efetuados estudos visando a criação e implantação de um posto no Município de Formosa do Oeste.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, com o apoio do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando informações do Governo sobre autorização para ausentar-se do País, com ônus para os cofres públicos, o Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor.— Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Embora o respeito que me merece pela sua atuação nesta Casa, sempre clarividente, do nobre Deputado Lineu Turra, a bancada da ARENA votará contrariamente ao requerimento de pedido de informações encaminhado pelo nobre Deputado.

Mas, aproveitamos a oportunidade para dar as razões, Sr. Presidente, da nossa recusa, em apoiar o referido requerimento.

Porque nós temos aqui informações do Poder Executivo, sobre o afastamento do País, do Dr. Belmiro Jobim Castor, Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, e ex-Secretário de Estado, do Planejamento, a fim de freqüentar programa de pós-graduação para obtenção do grau máximo Public Administration, da Universidade de Los Angeles no Sul da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte, no período de 1.º/1/79 a 31/1/81.

É do conhecimento não só da Casa, Sr. Presidente, mas, de todo o Paraná, que o Ato de autorização para o afastamento do País, de funcionários para a realização de cursos, encontra amparo legal no Artigo 77 da Constituição Estadual, e na Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, e nas normas baixadas pelo Decreto n.º 3.030, de 08/03/77.

O Decreto n.º 3.030 a que me referi, quando regulamenta afastamentos do País, por servidores públicos, estabelece que tais afastamentos poderão ocorrer com ônus, quando a autorização abranger direto a passagens e ajuda de custos, além dos vencimentos e demais vantagens do cargo. E com ônus limitado, quando é autorizado apenas o pagamento do vencimento e demais vantagens fixas do cargo.

Este ônus limitado é o caso do Dr. Belmiro Castor.

Relembrando, vale ainda frisar que o afastamento do ex-Secretário de Estado e do Planejamento, implicará em custo equivalente a apenas os vencimentos e vantagens fixas do seu cargo, a que fará jus durante o período da realização do curso, custos esses, que ocorrem em moeda de nosso País, o cruzeiro. Assim, dadas essas explicações que são cabais, que a nosso ver são convincentes, porquanto, não encerra nenhum mistério, o “Diário Oficial” que autorizou o afastamento deste servidor público, tais razões do ex-Governador Jayme Canet, ao conceder autorização com ônus limitado, é que a bancada da ARENA, sem demérito ao nobre Deputado Lineu Turra a quem muito respeitamos, nós vamos votar contrariamente ao requerimento, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em

votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, baseados mesmo naquilo que disse Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, quando nesta Casa, de que quaisquer dúvidas que tivéssemos acerca da administração pública, qualquer informação que quiséssemos, então deveríamos não ter o menor constrangimento em dirigir a Sua Excelência pedido de informação.

No cumprimento das nossas obrigações parlamentares e regimentalmente, encaminhamos à Casa para apreciação dos nobres Pares, este pedido de informação, e queria dizer aos Srs. Deputados que este pedido está baseado em que o ex-Secretário de Estado obteve autorização para afastar-se do Estado, para fazer um curso de pós-graduação nos Estados Unidos, com um prazo de dois anos.

E não existe, na Legislação, este tipo de autorização para afastar-se no interesse particular, com vencimentos e vantagens.

Nós temos aqui, na Lei n.º 6174, que é do Estatuto do Funcionário Público, uma nota esclarecedora sobre a disposição estatutária, que diz que o afastamento do funcionário público, na espécie autorizada ao ex-Secretário de Estado, é só no interesse do Estado para um aperfeiçoamento no desempenho da sua função pública. Nós queríamos saber se este afastamento do ex-Secretário do Estado se verifica no interesse da função pública. Porque acho que aí está havendo uma discriminação, um favorecimento pessoal.

Nós entendemos e no nosso pedido de informações nós sugerimos, não somos contra em que se dê condições para homens que desempenham altas funções públicas, façam cursos de especialização noutros países onde hajam cursos deste tipo, de especialização no desempenho de função, numa seleção de funcionários públicos categorizados, para que se dê condição àquele que tem maior aptidão para o desempenho da função.

O nosso pedido de informação está fundado naquilo mesmo que Sua Excelência, o Sr. Governador, nos afirmou nesta Casa, - que fazia questão que encaminhássemos os pedidos de informações e estranhamos que o ilustre Líder da ARENA esteja contrariando esta nossa pretensão, que seria um esclarecimento para a Casa e um esclarecimento para o povo, porque temos dúvidas não só quanto à licitude da autorização, mas a moralidade da autorização também. Era isto, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, só queria saber se o ex-Secretário é funcionário público ou não, Vossa Excelência tem condições de me informar?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não é dever da Mesa informar, Sr. Presidente. O dever da Mesa é colocar em votação o requerimento. Mais nada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Estou indagando de Vossa Excelência se tem condições.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência não tem bola de cristal para saber se ele é funcionário ou não.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Mas não estou obrigando Vossa Excelência a responder. Estou perguntando se há condições de me responder.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Não há condições.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Absolutamente, não há nenhum sentido pejorativo nesta indagação, é porque preciso saber se ele era comissionado, se é funcionário nomea-

do, qual é o regime de trabalho que ele está vinculado ao Estado, porque esta me parece, Sr. Presidente, no encaminhamento de votação, que é uma indagação que se deve fazer, porque é um problema de regime jurídico de funcionário ou não funcionário. Se não for funcionário, não está autorizado a fazer viagens sob as expensas do Estado.

Parece-me que esta Casa aqui, segundo este livrinho que ainda se chama Constituição, tem condições de fazer a fiscalização através de indagações, através de fiscalização externa ou com auxílio do Tribunal de Contas e é justamente na preocupação de preservar o erário público que nós estamos fazendo esta indagação.

Porque se não for funcionário, aí abre brecha para outra indagação de ordem jurídica. A minha colocação, Sr. Presidente, é altamente procedente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No requerimento, consta que o Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor é Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito agradecido, Sr. Presidente, já me basta.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Em votação. Rejeitado o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — (Procede a verificação de votação).

Rejeitado o requerimento. — Ao Departamento Legislativo.

Antes de continuar com a Ordem do Dia, a Casa, com muito prazer, registra a presença do Sr. Albino Bissolotti, Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilton Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente às bancadas do MDB e ARENA do Paraná, com assento no Congresso Nacional, bem como ao Sr. Presidente da República, no sentido de que haja imediata revogação da Lei n.º 5.448, e do Decreto-Lei nº 1.170, que incluíram onze municípios do Paraná, nas denominadas áreas de Segurança Nacional. — Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Espero, rogo e até peço, para que o que eu for dizer desta tribuna, nesta sessão, não volte a tumultuar o ambiente desta Casa, hoje tão conturbado em razão dos acirrados apartes havidos entre membros das duas valorosas bancadas dos Srs. Deputados.

Mas eu não poderia jamais deixar de assomar esta tribuna, para, discutindo este requerimento, posicionar-me. E, ao posicionar-me, fazer aqui, tecer aqui, algumas considerações.

Ouvi hoje, o eminente Deputado Kirinus, falando sobre o Prefeito Municipal, Luiz Bonatto, de Medianeira. E fiz questão de anotar, alguns conceitos por ele emitidos, contra o Prefeito de Capanema. Chamou-o, entre outras coisas, de "donatário de Medianeira", de que ele teria como Prefeito, encontrado uma nova técnica de contabilidade e incendiado a Prefeitura Municipal.

Disse mais, que ele é corrupto; e disse mais, que faz da corrupção, a arma da sua administração, além de outros conceitos que eu anotei.

Acontece, Sr. Presidente, que o Sr. Luiz Bonatto é Prefeito da área de Segurança Nacional. Tenho-o como meu irmão. Porque o sei honesto, decente, bom pai, bom esposo, e extraordinário administrador.

Conceitos que eu tenho, embora tenha que, como ho-

mem, respeitar os conceitos do eminente Sr. Deputado Kirinus. Mas o Deputado Kirinus tem que saber, porque ele não é de Medianeira, nunca foi, que quando Luiz Bonatto assumiu a Prefeitura de Medianeira, nem sequer, um posto para a iluminação pública, tínhamos naquela cidade. Nem sequer, um grupo escolar condizente, para abrigar as crianças que precisam de ensino, tinha naquela cidade. Precisa saber que nós não tínhamos um metro de meio fio, e nada de revestimento. Não tínhamos água potável tratada; não tínhamos asfalto; não tínhamos segundo grau; não tínhamos nada.

E hoje Medianeira, quer o Deputado queira, quer não, é um município que faz inveja ao Paraná; é um município quer queira, o Deputado, quer não, pela administração extraordinária do administrador Luiz Bonatto, é um município que tem tudo o que uma população pode desejar da administração pública municipal, estadual e federal.

Quanto lutamos com Luiz Bonatto, com Albino Bisolotti, ali, em São Miguel, e com os prefeitos também ali de Medianeira, de Clevelândia, digo melhor, de Capanema, de Pérola D'Oeste, de Barracão.

Não tenho culpa, Sr. Presidente, se atos excepcionais determinaram que naqueles municípios não se fizessem eleições para que o povo elegeisse os Prefeitos municipais.

Agora desejo dizer que eu, Ivo Thomazoni, tanto quanto o Líder do meu Partido na Câmara Federal, que é o Deputado Federal gaúcho que está lá, também liderando a minha bancada, somos favoráveis a que os municípios de área de segurança tenham Prefeitos eleitos pelo voto direto, secreto, universal.

Todos nós da ARENA somos, porque isso será bandeira nossa da ARENA, a defesa a que os municípios de área de segurança e os municípios de estâncias hidrominerais, venham a ter eleições diretas para Prefeitos municipais, e isto foi dito também por Jarbas Passarinho outro dia, isto está sendo dito nas Casas Legislativas todas. Agora, chamar um Prefeito de ladrão, de corrupto, e de dizer que ele, Prefeito Municipal, deixou que o tesoureiro estivesse foragido, é mentir nesta Casa.

Luiz Bonatto, tomando conhecimento que o tesoureiro agiu mau, processou-o, pedindo à justiça a sua prisão preventiva. E foi preso o cidadão tesoureiro, e teve o seu advogado, do MDB, a defendê-lo, que foi depois candidato a Deputado, e que não se elegeu, de Medianeira; e conseguiu fazer com que o Juiz, num cochilo, o liberasse 24,00 horas, e ele passou as fronteiras para o Paraguai e não retornou mais para responder pela sua culpa.

Mas, precisa que o Deputado vá à Polícia Técnica e peça o laudo pericial expedido pela Polícia Técnica, que diz e que dá as causas do incêndio da Prefeitura Municipal de Medianeira.

Esta Casa aprovou uma Comissão Especial de três Deputados para apurar as causas do que ocorreu em Medianeira, no incêndio da Prefeitura.

Faziam parte da Comissão: o Excelentíssimo Sr. Deputado, hoje Deputado Federal Ernesto Dal'Oglio, o saudoso e querido Deputado Jacomel e este Deputado.

Eu, como relator da Comissão Especial, tive que assistir o MDB de Medianeira, agenciando gente nas ruas, tocando como se toca animais pela frente, como a obrigar alguém a ir lá depor contra a administração.

E os depoimentos, todos eles, sem exceção nenhuma, foram sem consistência, sem nenhuma base, sem nenhum apoio. Nada que pudesse culpar um homem que - para mim - é um Prefeito extraordinariamente bom, porque fez uma cidade que não tinha nada; dignificou uma coletividade que, hoje, orgulha o Oeste do Paraná.

Somos favoráveis às eleições diretas. E digo, desta tribuna, Sr. Presidente, se na eleição direta o Sr. Luiz Bonatto não estiver impedido, constitucionalmente, será o meu candi-

dato a Prefeito Municipal, e haverá de ganhar essa eleição como ganha todas as eleições que disputa, no Município de Medianeira. Se não ganhou esta foi porque o MDB foi o único partido a ter candidato local. E a ARENA não lançou candidato, apoiou o longínquo e humilde Deputado Ivo Thomazoni. E perdeu por pouca apertada margem de votos, para um candidato que não saía da casa do eleitor, todos os dias, de dia e de noite, de madrugada, pela noite a dentro, pregando e cantando as loas que firmam que o dia em que o MDB mandar neste País, tudo será um mar de rosas. Querendo enganar o povo, como se o MDB não soubesse - como nós sabemos todos - que não será a alternância dos partidos no poder que vai resolver os problemas sociais e econômicos que tanto judiam o povo brasileiro.

Não será a alternância dos partidos no poder que vão localizar as jazidas de petróleo que, se Deus quiser, no subsolo brasileiro, haverão de existir para salvaguarda de nossa economia.

Não haverão de ser as lideranças emedebistas que voltarão, agora, para este País, para a reorganização político-partidária, que haverão de liderar o povo brasileiro, e fazer desta Nação o que todos nós queremos que ela seja, pujante, democrática, feliz, alegre.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que Vossa Excelência tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado, Sr. Presidente.

Termino dizendo: se eu não assomasse esta tribuna, para defender Luiz Bonatto, não estaria em paz com a minha consciência.

Porque, durante todos os anos que passei nesta Casa, Sr. Presidente, jamais, nunca, em momento algum, feri a dignidade de um Prefeito, nem da ARENA, nem do MDB. E quantos eu tenho contra mim!

Nunca vim a esta tribuna para dizer o que um Prefeito fez, ou deixou de fazer; judiou ou deixou de judiar. Respeito o Prefeito Municipal do Interior, porque o Prefeito é abnegado. E Luiz Bonatto é tão abnegado que, há oito dias, conseguiu, por votação de dois terços da Câmara Municipal de Medianeira, de nove Vereadores, seis deles, a unanimidade dos Vereadores da ARENA, subscreveu a ele um voto de louvor, dignificando-o como o melhor administrador que Medianeira já teve, ou poderá vir a ter.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho também eu, respeito e profunda admiração pelo nobre Deputado Ivo Thomazoni, aliás, com sua suavidade, com sua voz dócil consegue, quase, me convencer de haver cometido aqui, um pecado. Mas confesso que ainda não é o bastante!

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que sou Deputado pelo Oeste do Paraná, não só por Marechal Cândido Rondon; Marechal Cândido Rondon dista menos quilômetros de Medianeira, que Pato Branco. Portanto, isto não me desmerece o poder empunhar a bandeira em favor à causa daquele povo. E, se me interessei por aquele povo e por aquela gente que lá está chamando por justiça diante de Luiz Bonatto, é porque tenho bases e tenho depoimentos de uma série de cidadãos daquela região, que estão a reclamar por eleições diretas, exatamente porque se incompatibilizam com a administração.

Gostaria de pedir à Presidência desta Casa, que entregasse, ou registrasse as notas taquigráficas do meu pronunciamento anterior, porque, salvo engano, creio ter afirmado de que, a denúncia de corrupção não partia de mim, mas, sim, do Tribunal de Contas que, ao constatar irregularidades e, mesmo assim, sendo aprovado pela Câmara de Vereadores, apesar da

irregularidade, eu concluí como sendo uma administração corrupta.

Quanto ao progresso de Medianeira, devo dizer que, há 10 anos, Medianeira ocupava o 3.º lugar em arrecadação de impostos no Oeste do Paraná, e o 8.º lugar, no Estado. Era o orgulho de Medianeira.

Hoje, ocupa o 8.º lugar na região Oeste do Paraná e o 37.º lugar no Estado do Paraná. Portanto, não acredito que tenha havido tanto progresso. Pode ter havido na época, à falta de energia elétrica, à falta de estradas. Mas isto, prova mais uma vez, de que Luiz Bonato se tornou um donatário de década, instalando mordomia de década, porque, tanto tempo faz que está na administração pública daquele município, que na época em que ele assumiu, ainda não havia estrada nem luz.

A situação imobiliária do município, embora não seja eu favorável à especulação capitalista imobiliária, mas ela serve de sintoma para notar-se que o Município de Medianeira está sofrendo uma decadência econômica. Porque, note-se, o que ali valia 2 milhões de cruzeiros, hoje vale apenas 600 mil cruzeiros; em que pese ainda, as firmas que ali faliram; pese ainda, as notas promissórias rurais que estão deixando o agricultor desesperado na região. Todos esses problemas sociais, fizeram de Medianeira um reduto, o mais recente, da marginalização social. Os crimes que ocorrem nos bairros da cidade, é sinal de que a justiça social também não pesa, em Medianeira.

É por isto que nós, não só por Medianeira, mas também por vários municípios da região, estamos a clamar por eleições diretas. E no pronunciamento que deverei fazer amanhã, — concordo plenamente com o Deputado Ivo Thomazoni, inclusive já está escrito aqui, — pedirei anistia também por Luiz Bonato e todas as suas irregularidades administrativas, para que possa concorrer ao pleito livre.

Este desafio também faremos nós, do MDB.

Seriam estas as minhas considerações, por ora, afirmando que voltarei amanhã a ocupar esta tribuna, para continuar este tema. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o requerimento.

Concedo a palavra, para encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de endossar as palavras do nobre Deputado Ivo Thomazoni, a respeito do que ele falou com referência ao grande Prefeito Luiz Bonato, e dar o meu testemunho pessoal de que, nos últimos anos em que passei na administração pública, inicialmente como Superintendente da FUNDEPAR, e depois como Secretário da Administração, dar o meu testemunho que, nessa minha gestão nesses dois órgãos, sempre liberei verbas ao Município de Medianeira, sendo essas corretamente aplicadas.

Então, quero endossar as palavras do Deputado Ivo Thomazoni. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

Tem a palavra, o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna não para falar sobre Medianeira, que é um caso "sui generis", porque, na verdade, para alguns, Medianeira não fica de fronteira, uma vez que o território pertencente ao Parque Nacional é contestado se é território do Município de Medianeira, já que sobre ele a Prefeitura não tem jurisdição, e portanto, é meio forçado dizer que aquele município é fronteira.

Mas, gostaria de, nesta oportunidade, — para que as coisas fiquem nos seus devidos lugares —, prestar certos esclarecimentos, principalmente para os Deputados eleitos nesta última legislatura.

Durante 4 anos, alguns Deputados passaram defendendo

as eleições diretas, na chamada Área de Segurança Nacional e presto, neste momento, a homenagem a um especialmente, o Deputado Maurício Fruet, que por diversas vezes veio à tribuna para defender eleições diretas nos municípios da faixa de fronteira do nosso País. Algumas vezes aqui me manifestei, como também o Deputado Nilso Sguarezi, porque realmente foi um dos maiores erros cometidos contra esse pedaço de chão brasileiro.

Devo reconhecer que a própria Arena na legislatura passada, se manifestou contra eleições diretas, mas muitas vezes também, a bem da verdade, diga-se, por razões outras, que não o interesse daquele povo que lá está, pois muitas vezes o que nós vimos, Sr. Presidente, foi a Arena se manifestar através das lideranças que representam aquela área, se manifestar, não porque deveriam lá serem feitas eleições diretas, mas sim, porque o comando político era de um outro Deputado da Arena. Tivemos na minha região, Sr. Presidente, uma das situações mais esquisitas já vividas neste Estado, quando na disputa entre duas ou três facções da Arena, se resolveu fazer uma lista tríplice, para então mudar o Prefeito através desta lista.

Reuniram-se os Diretórios. Os convencionais lá foram para resolver quem deveria constar desta lista tríplice, mas em municípios como o de Santo Antônio do Sudoeste, que, feita a lista, não adiantou. Os três cidadãos da lista foram desmoralizados, pois o Prefeito de Santo Antônio continua sendo o mesmo que era anteriormente.

Já no Município de Pérola do Oeste — chamo como testemunha o nobre Deputado Ivo Thomazoni, que sofreu, inclusive nos seus interesses eleitorais — pois nomeado um, os outros dois se rebelaram — companheiros que eram do Deputado Ivo Thomazoni — se rebelaram e passaram para outra facção da Arena. O nobre Deputado, que exerce realmente uma liderança, há que se reconhecer, no Município de Pérola do Oeste, há de testemunhar este momento, que alguns de seus liderados rebelaram-se e passaram para a Arena 2, dando muitos votos ao Deputado Luiz Alberto, que lá antes não tinha votos.

Também, Srs. Deputados, tivemos aqui discussões imensas sobre a honorabilidade, e eu não gosto, como o Deputado Thomazoni bem frisou, de entrar na questão de honorabilidade dos Prefeitos.

Tivemos o caso da disputa entre dois Deputados da Arena, um acusando o Prefeito de Santa Helena de corrupto, e outro dizendo que não era corrupto. E foi esse Deputado que, inclusive, não em defesa do Prefeito, mas em defesa do homem que lá estava, que havia trabalhado comigo anos antes, que saiu em defesa daquele cidadão dizendo que até onde eu o conhecia como meu funcionário, tinha sido um cidadão correto.

Era uma disputa entre duas Arenas que envolveram, no final de contas, talvez um honrado cidadão.

Por isso, eu digo ser uma luta de muito mais tempo, e não só de agora, quando a Arena, acuada pelos fatos e pelas circunstâncias, resolveu aderir e resolveu reconhecer nos homens que constituem a faixa de fronteira deste País, homens tão honrados, tão brasileiros, ou mais honrados e mais brasileiros do que todos nós, pois eles sim, mantêm a segurança deste País.

Também o nobre Deputado Ivo Thomazoni falou em estâncias hidro-minerais.

Srs. Deputados. No nosso Estado, graças a Deus, não se arranhou nenhuma bica para se dizer que era uma estância hidro-mineral, como se fez em São José dos Campos, São Paulo, onde, pela razão de existir lá uma bica apenas, se transformou em estância hidro-mineral.

E foi o MDB de São Paulo contra o Governador da Arena, com o veto do Governador da Arena, que fez voltar as eleições diretas para São José dos Campos, onde já se elegeu inclusive o Prefeito.

O Sr. Governador da Arena vetou, e portanto, não se pode dizer que a Arena estava interessada em devolver aos municípios de estâncias hidro-minerais a sua autonomia, que, diga-se de passagem, é assunto do Estado, e não do Governo Federal.

Portanto, não foi a Arena que estava interessada em devolver eleições diretas, e sim o meu Partido, o MDB de São Paulo, que inclusive rejeitou o veto dado pelo Governador Paulo Egídio.

Mas, não interessa a quem pertençam as bandeiras. Elas não pertencem à Arena, não pertencem ao MDB. As bandeiras pertencem ao povo. São homens como o Lula, carregado por multidões, que estão fazendo, verdadeiramente, este País.

Vejam os Srs., que precisou um casal de velhos se matar, para que só então, se aceitasse a queda da denúncia vazia, porque a Arena havia se retirado do Plenário do Congresso Nacional, para não permitir o "quorum" necessário quando da discussão da matéria.

Os Srs. são testemunhas disso, porque a televisão muito comentou. Agora, às pressas, porque dois velhinhos se mataram e a denúncia vazia, finalmente, cairá.

Srs. Deputados, a bandeira não pertence ao MDB e também não pertence à Arena. Esta bandeira hoje, pertence a dois miseráveis velhinhos que se suicidaram, para então conseguirem o que o povo precisa.

Vejam os Srs. que é isso, me parece, que vai resolver o problema do Brasil. O Deputado Thomazoni afirmou que a alternância do Partido no Governo não resolveria o problema. Seria, então, o continuismo?

A alternância, pelo menos, traria uma vantagem, o povo estaria sendo ouvido. Creio que a bandeira mesmo hoje no Brasil, é a bandeira do Lula. É a bandeira daqueles homens que moram na faixa de fronteira; é desses Prefeitos às vezes não tão honestos, mas quase sempre Prefeitos que se dedicam a um trabalho, e que são jogados às vezes por interesses de dois ou três Deputados. A bandeira mesmo é dos velhinhos que ganharam a queda da denúncia vazia.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assistimos e ouvimos os debates do requerimento do nobre Deputado Nelson Friedrich e do Deputado Kirinus. A bem da verdade, esse Deputado também atua no campo político de um município de faixa de fronteira, que é o Município de Santa Helena.

Quero aproveitar o ensejo para agradecer ao Deputado Deni Schwartz, as referências que ele fez, a respeito do ex-Prefeito, mas, devo dizer que obedecerei à orientação do nosso Líder, embora entenda eu, particularmente, que os requerimentos dos nobres Deputados Nelson Friedrich e Kirinus, não cabe à Assembléia Legislativa do Estado, e sim Decretos e Leis Federais. E devo dizer mais, pelo que nós sabemos, através da bancada da Arena na Câmara Federal, já é fato consumado que teremos eleições diretas em todos os municípios da Área de Segurança Nacional.

Era esta a declaração de meu voto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Duas rápidas observações. Primeiramente, esclareço ao Deputado Egon Pudell, que o nosso pedido diz respeito, exclusivamente, a que as bancadas da Arena e do MDB assentadas no Congresso Nacional, dêem total apoio a um projeto que existe do Deputado Federal, Maurício Fruet, no sentido de extinguir, revogando-se as duas leis que criaram onze municípios no Paraná como Área de Segurança Nacional.

A primeira lei que, inclusive, excluía Santa Helena, e depois criou-se um decreto especialíssimo, alguns anos depois, para poder ajustar Santa Helena a esta área.

Feito este esclarecimento, gostaria de congratular-me com o Deputado Kirinus, pela maneira que trouxe esta matéria, porque também estivemos, seguidamente, em Santa Helena, não só em campanha política, sempre. E conhecemos da reação de inúmeros companheiros e inúmeros cidadãos daquele município que, primeiramente, estranham Medianeira estar na Área de Segurança Nacional, quando não faz limites com nenhum País vizinho. E também me parece que as irregularidades de Santa Helena, até certo ponto, existem em outros municípios da Área de Segurança Nacional, aqui no Paraná; estão patenteadas quando, desde 1973, o Tribunal de Contas do Paraná não aprova as contas daquela municipalidade.

Parece-me aí uma situação sintomática e um grande indicativo que vem fundamentar as colocações de Kirinus, nesta Casa.

E também informo aos ilustres colegas, principalmente que não são da minha região, que antes de Bonatto, não era o MDB que estava à frente do Município de Medianeira.

Especificamente quanto à matéria, nós queremos dizer que estas áreas de segurança nacional, produtos de um binômio chamado "Segurança e Desenvolvimento", já falido, que criaram absurdamente, este tipo de colocação jurídica que extirpou do povo, o direito de escolher os seus mandatários.

Temos uma observação muito importante, e gostaria de trazer neste instante, do grande e insuspeito Prado Kelly: "Não está seguro o Estado, sem a segurança elementar do cidadão, e nem poderá a Nação progredir, sem os alicerces que assenta a ordem econômica, segundo se identifica no seu conteúdo programático, a própria Constituição Brasileira".

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Área de Segurança Nacional demonstra a falência até da política de segurança e desenvolvimento instituída neste País, que foi a base para a criação destes famigerados municípios de Área de Segurança Nacional, que criaram o sub-produto, também famigerado, que é o comando político que fica criando este tipo de coisas, que aqui levantou também o Deputado Deni Schwartz.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados quero terminar, convocando a todos, que apoiemos, portanto, isso que já está na Câmara Alta, por iniciativa do Deputado que aqui esteve, durante tantos anos, Maurício Fruet, para que se revoguem esses dois dispositivos, altamente condenáveis.

Ontem, nós tínhamos aqui a "Emenda Benevides", hoje temos, a revogação destas duas leis. São dois problemas idênticos. Um com conotação bem maior que são os municípios onde temos os maiores contingentes humanos do Brasil; os municípios, capitais de Estados. E agora, esta área de Segurança Nacional, onde temos municípios que já existem verdadeiro usucapião de poder se posso me permitir este termo. Onde existem os verdadeiros donatários, a exemplo de Luiz Bonato, a exemplo de Guaíra e de tantos outros municípios daquela região, que envergonham a Democracia, e envergonham o próprio povo, do Paraná e do Brasil. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Antes de colocar o requerimento em votação, a Mesa faz um apelo às lideranças, bem como aos Srs. Deputados, da possibilidade de fazermos uma reunião das bancadas, amanhã, logo após a sessão plenária.

Continua em votação o requerimento.

O SR. VALDYR PUGLIESI — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, que me perdoe o nobre Deputado Ivo Thomazoni, mas a cultura que ele talvez tenha adquirido em "Seleções" e no "Almanaque do Pensamento", não faz com que ele veja ironia da minha colocação.

E eu tenho a dizer o seguinte: — ele falou que nada

existia no Município; é mais uma comprovação da incompetência dos Governos da Arena que estavam instalados.

Mas o que eu gostaria de colocar aqui, Sr. Presidente, é mais um fato que faz com que nós todos aqui do MDB nos coloquemos a favor da revogação dessa Lei. E eu vou ler o seguinte: (lê)

"Kurt Walter Hasper, gaúcho, quase 60 anos de idade, é na atualidade o Prefeito brasileiro com mais longo mandato.

Em 64 ele foi eleito para a Prefeitura por uma coligação entre PDC e PSP; desde então, permanece no cargo, porque Gauíra passou a ser Área de Segurança Nacional, com Prefeito nomeado pelo Governador.

Motorista de caminhão, sem experiência anterior no ramo político, Kurt mostrou-se porém, hábil manobrista nesta área, conseguindo ser mantido na Prefeitura, por todos os Governadores, inclusive os interinos que não o molestaram. Embora participe de campanhas eleitorais, para eleger Deputados, ele faz uma afirmação pouco habitual, entre os políticos necessitados do voto popular: — "O povo brasileiro, ainda não sabe votar. Precisa ser mais educado." E, segundo parece, Kurt Walter Hasper, deverá continuar por mais quatro anos à frente de sua Prefeitura. Para isso, precisa de apenas um voto". É mais um donatário que se soma ao donatário de Medianeira. Daí a nossa repulsa a essas leis que foram impostas à Nação brasileira, para se conseguir os objetivos que todos nós sabemos. E a nossa obrigação aqui é denunciar esses fatos. É o que nós estamos fazendo e muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem, Sr. Presidente, com a devida vênia ao Deputado Tolentino, que é meu amigo e não vai se irritar. É que no início da sessão, eu havia me inscrito para falar em Explicações Pessoais. É só para saber se continua a inscrição, porque senão eu a renovo para falar em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que está inscrito em Explicações Pessoais.

Com a palavra o nobre Deputado Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, por esta Casa passaram, ou melhor, foram barrados inúmeros requerimentos feitos por vários Senhores Deputados, buscando e visando o mesmo objetivo que este agora subscrito por dois nobres Srs. Deputados.

E essa discussão realmente é uma discussão que tem pertinência em todos os Parlamentos de quaisquer níveis desta Nação. Quero me contrapor ao eminente Deputado por Toledo, Egon Pudell, que pensa de forma diferente, porque é no Parlamento que se discutem os problemas comunitários; é no Parlamento que se examinam os problemas de alta relevância não só jurídica, mas social, política, econômica; e é através desses debates que se aperfeiçoam as instituições; é através dessas colocações, dessas posições, que cada um dos representantes do povo vem aqui e as expendem.

E, porisso, são judiciosas as razões tanto do requerimento quanto do pensamento que inspirou esse requerimento.

Nós, do MDB, Sr. Presidente, estamos há quinze anos vivendo no sufoco desse regime arbitrário e de exceção, uma exceção que tem multiplicado os lucros de multinacionais; uma exceção que tem fustigado e infelicitado tantos trabalhadores brasileiros, uma exceção que vem impedindo a manifestação do voto direto e secreto de capitais, de estâncias hidrominerais e, sobretudo, das chamadas zonas ou faixas do interesse da segurança nacional.

O que é segurança nacional, Sr. Presidente?

No conceito deste binômio da revolução, desenvolvimento e segurança. Não havia outro argumento jurídico para justificar esta aberração, para criar o pasmo de toda a Nação, de toda a cultura jurídica nacional, senão a invenção deste termo "do interesse da segurança nacional". E o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal Militar já têm dito em várias oportunidades, através de seus Ministros, que é necessário o reexame não só da Lei de Segurança Nacional, mas de toda estrutura jurídica do País, que hoje está clamorosamente contra os interesses do povo brasileiro. E o mais justo pensamento, está agora acudindo o pensamento de grandes parlamentares da Arena. Muitos deles, vindo em socorro, vindo à colação do pensamento de requerimentos, de formulações, de discussões, de debates propostos por Deputados do MDB, e muitos deles, inclusive um Senador da Arena, Teotônio Vilela, em várias oportunidades, já buscou expor seu pensamento democrata de que é necessário fazer uma revisão nas leis do País.

E nada mais justo, nada mais lógico, do que este requerimento ser aprovado por esta Casa de Leis.

Quero apenas dizer ao eminente Deputado Ivo Thomazoni, que não foi o MDB que defendeu, como uma instituição política, como um partido, uma organização política, que defendeu aquele tesoureiro da Prefeitura de Medianeira. Foi um advogado que, coincidente, está no MDB. Está porque aí está defendendo a bandeira dos direitos humanos, procurando resguardar o direito de defesa das pessoas. Evidentemente, como faz o nobre Prefeito de Medianeira. E não exclui a possibilidade de existir dúvidas do Sr. Prefeito. Não exclui porque o próprio Tribunal de Contas que é um organismo que serve a este Poder Legislativo, já declinou que as contas são irregulares. E não há porque se sensibilizar com isso.

E na discussão desta matéria, incabível sim era a defesa do homem que não estava em jogo.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a se falar em zona de Segurança Nacional, ou faixa de interesse da Segurança Nacional, quero lembrar aqui 412 famílias que foram despejadas do Parque Nacional, sem que, até hoje, o INCRA tenha se louvado naquele projeto para reimplantar a flora e a fauna natural daquela área. E, aliás, de cuja área, o Prefeito detém grande área, uma grande fazenda, que não sei se foi indenizada, não sei se foi excluído, não sei se foi despejada.

Ocorre o seguinte, Sr. Presidente, naquela região da fronteira, muitos assuntos polêmicos têm sido sufocados. E é através deste Parlamento que temos de discutí-los, temos que encontrar soluções. E através de requerimentos como este, que esta Casa deve aprovar, aprovar porque será o consenso de toda a Nação brasileira.

Não é somente o pensamento daqueles eleitores, daqueles homens laboriosos daquela região, mas é um pensamento, um clamor nacional, buscando, nas hostes dos seus representantes a libertação deste jugo impostor, impositivo, da Revolução.

Não cabe mais o argumento de Segurança Nacional. Porque se se falar em Segurança Nacional? Aí está o Acordo Nuclear infelicitando os cofres nacionais. Aí estão as multinacionais buscando divisas na mão-de-obra nacional, carreando para seus cofres, para seus lucros abusivos, o trabalho suado do trabalhador brasileiro. Isto sim, é Segurança Nacional!

Mas, não Prefeituras que possam comprometer a Segurança Nacional.

O Requerimento precisa ser aprovado, precisa de compreensão de todos os Deputados, emedebistas e arenistas, para que, num consenso só, num clamor só, todos desta Nação inteira, busquem, realmente, um encontro de mãos, para buscarmos também a efetivação de uma plena democracia, com um estado de direito democrático implantado.

Não como disse o eminente Deputado, Líder da Arena que "todo aquele que busca a anistia irrestrita, ampla e geral, é comunista", a não ser que S. Ex.^a tenha uma doutrina nova de comunismo, doutrina nova de economia, que não chegou a ser esposada por Karl Marx.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela ordem). — Sr. Presidente, para demonstrar que sou, nesta Casa, um Deputado com comportamento partidário, estava endereçando a V. Ex.^a, com base no artigo 76 e seus parágrafos, do Regimento Interno, um requerimento que requeria prorrogação da sessão por mais duas horas.

A Liderança me faz um apelo para que assim não proceda. Retiro o requerimento. Considero-o insubsistente. Mas, considero-me no direito, Sr. Presidente, de também regimentalmente, solicitar a V. Ex.^a que me inscreva no Grande Expediente de amanhã, e eu terei de, regimentalmente, respeitar a ordem dos inscritos, para falar dessa tribuna, e dizer de onde veio a minha cultura, Sr. Presidente. Porque nunca vi tanta falta de ética parlamentar quanto esta que estou assistindo, em se pretender diminuir as virtudes de um Deputado, um Deputado que foi o mais votado na ARENA Estadual, no Brasil! Não no Paraná, no Brasil! E que jamais se jactou disto!

E a minha cultura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vem do Almanaque do Pensamento, vem de carregar malas na estação da Estrada de Ferro, vem de engraxar sapatos, vem de ser garçon, é cultura de quem trabalhou na roça e de quem trabalhou de pés no chão, perdendo a voz!

Eu gostaria de dizer, da cultura e da filosofia de algumas tendências políticas de alguns Deputados que conheço há pouco tempo!

Um dia, talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu morra nesta tribuna, mas morrerei feliz se, e quando isto ocorrer!

(Tumulto).

É preciso que se respeite a dignidade humana!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Ivo Thomazoni...

O SR. ANTÔNIO FACCI (Pela ordem). — Sr. Presidente, da mesma forma demonstrada pela bancada da ARENA pelo seu Líder, Deputado Erondy Silvério, que solicitou ao Deputado Ivo Thomazoni que retirasse o requerimento da Mesa, que não o apresentasse à Mesa, requerimento solicitando a prorrogação da sessão, eu devo informar aos Srs. Deputados, que é do conhecimento da Mesa que já estava, sobre a mesa, um requerimento da Liderança do MDB, solicitando prorrogação da sessão.

Porém, pelo mesmo entendimento, a bancada do MDB houve por bem retirar este requerimento, sabendo do ambiente e das tensões pelas quais passa neste momento, esta Casa. Portanto, há boa vontade e há entendimento entre as duas bancadas, principalmente da bancada do MDB, que já estava com o requerimento sobre a mesa, e que houve por bem retirá-lo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Gostaria, ao fazer uma introdução neste encaminhamento de votação, para falar sobre o requerimento que ora se discute, de manifestar a minha tristeza, desta tribuna, pelos episódios que já presenciamos hoje, e que os Anais registrarão para a posteridade! E esperava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não tivéssemos o desprazer de testemunhar outras atitudes condenáveis, incompatíveis com a ética e com a educação a que me referi recentemente, nesta Casa.

Não recebi nenhuma delegação de poderes para fazer a

defesa...

O SR. ANTÔNIO FACCI (Pela ordem) — Sr. Presidente, o orador que está na tribuna, ao que me parece deve ater-se ao encaminhamento da votação do requerimento que está em tramitação nesta Casa; portanto, se todos nós, a Liderança da ARENA e a Liderança do MDB retiramos o requerimento de prorrogação da sessão para se evitar que o problema ocasionado durante esta sessão tivesse prosseguimento, eu requeriria à Presidência, que solicitasse do orador, que por favor não se atenha ao problema ocorrido aqui no Plenário hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado que se atenha à discussão do presente requerimento, sabendo mesmo a Mesa que o nobre Deputado estaria no prenúncio de entrar no encaminhamento da votação da referida matéria.

O SR. AIRTON CORDEIRO — O bom senso que tem V. Ex.^a, na compreensão, Senhor Presidente, gostaria fosse o bom senso de todos os Deputados desta Casa, porque fui claro ao me referir no início deste pronunciamento, que, na introdução eu invocaria algumas ocorrências hoje aqui verificadas. Não, para vir em socorro do Deputado Ivo Thomazoni, brilhante tribuno, Presidente desta Casa com passagem brilhante pelo posto, líder da bancada do meu Partido, com invulgar agerimento e lealdade à causa que sempre defendeu. Um homem nessas condições, não pode ser acusado de ter recebido uma cultura de almanaque ou de seleções.

O Sr. Antônio Facci — Senhor Presidente, eu insisto na questão de ordem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E partiu, Senhor Presidente, na análise da matéria, esta acusação, de um Deputado que há poucos instantes aqui neste Plenário...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Senhor Presidente, o artigo 97 do Regimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... afirmou que seria este Deputado contrário à eleição direta, e é mentira deslavada, Senhor Presidente. Nunca fomos contrários às eleições diretas e as notas taquigráficas aí estão para comprovar a afirmação do Deputado Waldir Pugliesi.

O Sr. Antônio Facci — Senhor Presidente, o artigo 97 do Regimento Interno, se não há forma de se manter a ordem.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E não estou mentindo, pois não somos contrários às eleições diretas.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Senhor Presidente, faço um apelo a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa que entende que o Deputado que está na tribuna está discorrendo sobre o assunto constante do presente requerimento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a, por gentileza, e por uma questão de ordem, eu pediria, com todo o respeito, a leitura da súmula do requerimento para V. Ex.^a, perceber que está distanciando o objetivo do requerimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, dispenso a leitura do requerimento, se me permite V. Ex.^a, porque tenho compreensão suficiente, e não vou levar nenhuma acusação, por mais tácita que seja, de ninguém, Senhor Presidente.

Eu me refiro a eleições diretas, e vou defender o meu ponto de vista a esse respeito.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu apelo a V. Ex.^a para colocar ordem na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta Presidência sempre colocou ordem na Casa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Exatamente por isso é que eu invoco.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Não acato o que o nobre Deputado acaba de pronunciar.

(Lê o requerimento).

Refere-se, portanto, a eleição.

O Sr. Fidelcino Tolentino — À Zona de Segurança, Senhor Presidente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado, Senhor Presidente.

É sobre eleição que nós queremos falar. E começamos a falar de eleição, Senhor Presidente, exatamente pela mentira não desmentida pelo Deputado que a pronunciou neste Plenário. Quando afirmou recentemente nesta Casa que este Deputado era contra eleições diretas em 1980.

Um Deputado que vem à tribuna para fazer uma afirmação com esta gravidade política, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, já não teria o direito de fazer um julgamento como fez do companheiro Ivo Thomazoni, porque revelou, ao momento em que fez aquela afirmação, referindo-se à minha pessoa, que lhes falta condições para perceber, para escutar, para analisar e também para dizer.

Deve-se afirmar aqui com bastante clareza, de que não podemos sob pena de perdermos a nossa independência, a nossa liberdade de pensar, não podemos e não devemos nos curvar, diante do apetite voraz da Oposição, de pretender firmar posições, imputando à ARENA quase que uma obrigação de acompanhar o seu pensamento, sob pena de receber tantas e tantas acusações.

Tanto e tantos julgamentos, como equivocadamente a meu respeito o Deputado Waldir Pugliesi e como tão indelicadamente o fez, em relação ao Deputado Ivo Thomazoni.

Disse bem o Deputado Deni Schwartz, quando falou da tribuna que as bandeiras democráticas não cabem nem à ARENA e nem ao MDB, são bandeiras que encarnam aspirações populares, são bandeiras que encarnam legítimos interesses, de todo um povo, que quer participar e que precisa pela sua vontade soberana, realmente participar. E nós também temos estas posições.

E me socorro de um argumento que utilizei para justificar o meu voto contrário ao requerimento apresentado pelo MDB, pedindo apoio à Emenda Benevides que hoje está na Câmara Federal.

Todos nós chegamos aqui pelo voto popular. Será, que seria da Oposição a verdade final? Ou seria uma sabedoria popular, dar à ARENA maioria, como realmente o deu nas últimas eleições.

Não recebemos absolutamente, eleição direta, Sr. Presidente. Nós queremos eleições diretas. E aqueles, Sr. Presidente que se preocupam com o tempo, aqueles que se preocupam até com o tempo para que verdades sejam ditas...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao nobre Deputado que tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente.

... aqueles que se preocupam com o tempo, aqueles que se preocupam em não ouvir aquilo que devem ouvir democraticamente, a esses, vale dizer que todas as respostas, uma a uma, correspondente à cada dúvida, nós as daremos, na continuidade de nossa atuação parlamentar e em todas as eleições que se desdobrarem neste Paraná.

Mas, nunca, Sr. Presidente, nunca, aceitaremos a descortesia, a indelicadeza, a falta de ética e a falta de respeito aos companheiros.

Devolvo ao Deputado Waldir Pugliesi a qualificação que pretendeu dar ao eminente Deputado Ivo Thomazoni.

(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. WALDIR PUGLIESI — A recíproca é verdadeira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação o requerimento, os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — É rápido, apenas fixar a posição da bancada, na apreciação deste requerimento.

Sr. Presidente, a bancada inicialmente, não via nenhum inconveniente na aprovação deste requerimento.

Todavia, Sr. Presidente, os fatos lamentáveis que se verificaram aqui na tarde de hoje, dos quais também me penitencio por ter sido um dos protagonistas, levaram a bancada por sua maioria, a uma radicalização política, contra o documento, pela origem de sua autoria.

Nestas condições, Sr. Presidente, não é questão que interesse ao Governo do Estado, a quem temos a honra de liderar nesta Casa de Leis, mas uma posição da maioria da bancada que deve ser respeitada. Portanto, a bancada da ARENA votará contra o requerimento, apenas pelos motivos que acabei de expor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Rejeitado o requerimento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferred.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

17 Srs. Deputados aprovam, 21 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando a designação de uma comissão representativa desta Casa, a fim de prestigiar a "XIX Exposição Agropecuária de Londrina". — Retirado pelo autor.

Requerimento de autoria do Sr. Ailton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine ao DER, autorizar a instalação de um posto de pedágio na Rodovia das Praias. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Ítalo Conti, do Sr. Prefeito de Floresta, Antônio Fontes Martins, do Dr. Ronie Cardoso, Prefeito Municipal de Castro, do Sr. Salim Mattar, Vereador e Líder da ARENA em Cambará.

A Mesa dando cumprimento ao que determina o art. 73 do Regimento Interno, dá por encerrada a sessão, por ter expirado o prazo para o prosseguimento da mesma.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 147, 187, 188/78 e 02/79.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 151/78, 12, 20 e 21/79.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 02, 04 e 06/79.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 161/77, 11, 22, 44, 52, 59, 78, 80, 114, 122, 133, 134, 161 e 172/78.

Levanta-se a sessão.

Resoluções

RESOLUÇÃO N.º 106/79

DATA: 05 de abril de 1979.

SÚMULA: Determina através de despacho da Presidência, o arquivamento de Proposições, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Serão arquivadas, mediante despacho da Presidência desta Assembléia Legislativa, as Proposições apresentadas até o ano de 1976, inclusive, cuja tramitação não tenha atingido a fase de votação.

§ 1.º - O autor da Proposição, ou, na sua falta, o líder da bancada, poderá solicitar mediante requerimento escrito à Mesa, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, da publicação desta Resolução, o prosseguimento da tramitação da Proposição que pretenda manter.

§ 2.º - As Proposições referidas neste artigo, enquanto não se esgotar o prazo previsto ao parágrafo anterior, terão suas tramitações suspensas junto ao Departamento Legislativo.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/79.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 107/79

DATA: 05 de abril de 1979.

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1976.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único - Fica aprovada a prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/79.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

RESOLUÇÃO N.º 108/79

DATA: 05 de abril de 1979.

SÚMULA: Aprova prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1977.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único - Fica aprovada a prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/79.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

Decreto Legislativo:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 090/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

dispensar, a pedido, do cargo em Comissão de Diretor do Departamento Legislativo, o funcionário FRANCISCO DRANKA, matrícula n.º 066, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 05 de fevereiro de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA - 2.º Secretário

Portarias:

PORTARIA N.º 006/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12408, de 29 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar LYRIO TONETTI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2.ª Secretaria, no período compreendido entre 06 de dezembro de 1978 a 30 de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de janeiro de 1979.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA N.º 236/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2804, de 28 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar MUSSA JOSÉ ASSIS, matrícula n.º 599, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 237/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2378, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I - autorizar SEBASTIÃO LUIZ GONZAGA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

II - autorizar CLÓVIS FREITAS, matrícula n.º 173, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979, no Gabinete do Deputado Francisco Escorsin.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 238/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2614, de 22 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar VERA LÚCIA MONTANHER, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Antônio Del Ciel, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a

cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 239/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2696, de 26 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar MARIA ELIZA MORO, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Dácio Leonel de Quadros, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 240/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2182, de 12 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, a partir de 1.º de abril de 1979:

ZELMA LOPES WOJCIK
SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE
ETHEL DE PINHO NEVES
UMBERTO MORO REDESCHI
NORMANDO PEDRO CULPI
CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES
GIOACHINO SUGAMOSTO
DUIÍLIO DIAS
OSVALDO MARQUES
EUTHALIA MARTINS DA SILVA
CLEMETILDE DELFINA BORTOLON
SÍLVIA PEIXOTO GRANADO
AMADO ZONATTO
JOSÉ CHECHELISKI
NELSON FERREIRA DE ARAÚJO FILHO
MARIA DOLORES TULIO BARVIK
RUBENS DAMAS
JONAS ZAMPIER
CELSO FARACO
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT
JOUBERTH DA SILVA SANTOS
LUIZ AUGUSTO CANTADOR
IGNEZ DE OLIVEIRA
ANTÔNIO MASSUCHETTO
MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA
FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI
JULIA JOLINSKI DE PAULA
JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI
IGLAIR SMANIOTTO
JOEL DA SILVA NATAL
ANTÔNIO GULBINO
ALCIDES ZONATTO

CARLOS AUGUSTO FERNANDES
JANDIR NARDIN
LINDAMIR DOS SANTOS
JORGE ASSAD MANSUR
JOSÉ CARLOS JANJÃO
EMERENTINO DA CRUZ PACCA
JOSÉ ALVES GUIMARÃES
MAXIMÍNIO CARDOSO
ROSALINA PEREIRA SANTIN
GENIR DOS SANTOS FERNANDES
JOSINA PEREIRA JANJÃO
JACYRA MACHADO BINI
IZAIR PEREIRA FLORES
JOANA DE LIMA
ROSARIA CARDOSO DE LIMA
NADIR DE OLIVEIRA SANTOS
MARLENE PERRY GONÇALVES
MARIA DA LUZ A. SOARES
MARIA NEIDE BOZZA STIVAL
AÍCE DO ROSÁRIO ANTUNES
ANDRELINA CORREIA ALVES
LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO
JOANA MACIEL FARIAS
FLORIPES ALVES BOSCHI
JOSÉ CLÁUDIO LUZ
JOSÉ DA TRINDADE
NOIR PACHECO
FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO
HONORIA CORDEIRO
BRÍGIDA LOBO KOLAROWSKI
BERTOLDO SCHWARZBACH
NELSON ANDRÉ DE ARAÚJO
IVETE HENEQUEN DRANKA
MARIA DE LOURDES SANTOS
IZABEL SANTO ALAYA LAMAUR
MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES
EMÍLIO REINOLDO GREBER
ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ
HILZA DOS SANTOS LOPES
AURORA RIBEIRO GONÇALVES
JOÃO FARINHAK
IRACY DA SILVA RUDINIK
MARIA LEONILDA ROCHA
JONAS DE SOUZA PORTO
CASEMIRO MARQUES
CLÓVIS STADLER DE SOUZA
OSVALDO FARIA
RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI
IZABEL FREITAS
ANA CRISTINIA SOUZA
PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA
NICANOR DE VASCONCELLOS SOUZA
GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA
ALCEU RAMOS
GILBERTO DAROS

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 241/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2476, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, RENATO EUGÊNIO REBELO SCHAITZA, matrícula n.º 600, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário,

na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Erondy Silvério, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 242/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2725, de 27 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário RUI FERRAZ DE CARVALHO, matrícula n.º 017, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 02 de maio de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 243/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2757, de 27 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar para 1.º de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário AYRTON COSTA LOYOLA, matrícula n.º 002, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 244/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2060, de 08 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula n.º 394, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento de Pessoal, a partir de 22 de março de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 245/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2320, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido, a Portaria n.º 212/75, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nelson Buffara, o funcionário BELMIRO MARTIN, matrícula n.º 282.

II – revogar, a pedido, o item III, da Portaria n.º 495/77, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nelson Buffara, a funcionária RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula n.º 256.

III – revogar, a pedido, o item II, da Portaria n.º 495/77, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nelson Buffara, o funcionário ARY NATAL CHEMIN, matrícula n.º 297.

IV – revogar, a pedido, a Portaria n.º 547/77, que designou para prestar serviços no Departamento Administrativo, o funcionário

ANTONIO GARCIA, matrícula n.º 020.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 246/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2320, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestarem serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, a partir de 1.º de abril de 1979:

BELMIRO MARTIN – Mat. 282

RUTH CARVALHO DE MELLO – Mat. 256

ANTONIO GARCIA – Mat. 020

ARY NATAL CHEMIN – Mat. 297

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 247/79

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2320, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar, a pedido a Portaria n.º 08/78, de 09 de janeiro de 1978, na parte que se refere ao funcionário adido a este Poder, VILSON DA SILVA NATAL, que designou para prestar serviços como Motorista, no Gabinete da Presidência.

II – revogar, a pedido, a Portaria n.º 012/79, de 09 de janeiro de 1979, na parte que se refere ao funcionário acima citado, que autorizou a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da Presidência.

III – autorizar o funcionário já mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, até 30 de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 248/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1718, de 1.º de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar ALEXANDRE RADICHEWSKI, matrícula n.º 388, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 249/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2604,

de 22 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, o item II, da Portaria n.º 212/77, de 06 de abril de 1977, que designou para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, o funcionário ALFREDO PRESTA, matrícula n.º 057, ocupante do cargo de nível PL“30”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 250/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2596, de 22 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula n.º 120, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de abril de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral